



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETIVO

A Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, objetivando manter e garantir a adequação das condições de habitabilidade, uso e segurança das instalações das suas unidades de atuação, de modo a preservar e prolongar a vida útil das edificações, inicia processo licitatório para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, com disponibilização de mão de obra especializada, em regime de dedicação exclusiva, incluído o fornecimento de ferramentas, equipamentos e materiais necessários para a execução dos serviços.

### 2. DA MODALIDADE E FUNDAMENTAÇÃO DA LICITAÇÃO

**2.1.** Por se tratar de contratação de serviços comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520/2002, o certame licitatório será realizado na modalidade **Pregão, em sua forma Eletrônica**.

**2.2.** Para a contratação dos serviços, manifesta-se a observância dos ditames da Lei Federal nº 10.520/2002, e supletivamente, da Lei Federal nº 8.666/1993, em detrimento das disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

**2.3.** Aplica-se, por analogia, as disposições da IN nº 05/2017 e suas alterações, em razão da ausência de regulamentação estadual específica.

### 3. DO REGIME DE EXECUÇÃO

**3.1.** O Objeto será executado segundo o Regime de Execução híbrido de **Empreitada por Preço Global** e de **Empreitada por Preço Unitário**, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, alínea “a” e “b” da Lei Federal nº 8.666/1993.

**3.1.1.** A adoção de regime de execução híbrido na presente contratação se justifica no fato de que os serviços de manutenção predial preventiva e corretiva apresentarem preço certo e total, o que permite sua execução sob o regime de empreitada por preço global. Contudo, a parcela do objeto destinada ao fornecimento de materiais de fornecimento eventual e desconhecido pelas partes no início da execução contratual, a qual será destinada reserva orçamentária de 40% (quarenta por cento) do valor total dos postos de trabalho, em razão de sua imprevisibilidade, será executado sob o regime de empreitada por preço unitário, sob demanda.

### 4. JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro desempenha papel fundamental para a sociedade fluminense, tendo como missão o provimento e o gerenciamento dos recursos que viabilizam a gestão do Governo, com transparência, isenção e tempestividade, prestando contas e disponibilizando com agilidade as informações necessárias para o contínuo aperfeiçoamento do controle fiscal e social do Estado.

Para alcançar os seus objetivos, a SEFAZ-RJ conta com 29 (vinte e nove) unidades de atuação, onde se localizam os seus Órgãos Centrais, Divisão de Atendimento ao Contribuinte, Auditorias-Fiscais Regionais da Capital e do Interior, Auditorias-Fiscais

Especializadas, Coordenadoria de Gestão de Benefícios Fiscais e Postos de Controle Fiscal. Sem essas edificações seria impossível o Órgão desempenhar, dentro de padrões mínimos tecnológicos e de segurança, sua missão institucional.

Ocorre que essas edificações estão submetidas a intempéries e a outros fatores internos de controle do usuário e externos (naturais) fora de seu controle, que impactam na vida útil para a qual foram projetadas, requerendo constantes ações de manutenção para a sua conservação. A falta de cultura de manutenção preventiva nas edificações acaba por contribuir para a obsolescência precoce dos imóveis, podendo resultar em prejuízos ao erário, os quais podem e devem ser evitados.

Nesse sentido, a manutenção deve ser entendida como um processo contínuo, que não apenas objetiva prolongar a vida útil da edificação, mas também manter a operação segura de todos os sistemas, elementos e componentes do edifício, de modo que esses apresentem o desempenho esperado e ofereçam o suporte necessário para as diversas atividades desenvolvidas pelo homem.

O desconhecimento técnico e a omissão quanto à necessidade de manutenção das edificações implicam no uso da estrutura com potencial inexplorado, fazendo com que, com o passar do tempo, ela venha a se tornar imprópria ao uso ou não mais atinja as necessidades de seus usuários, antes de completar o ciclo para o qual fora projetada.

Além disso, é necessário que a manutenção predial seja executada por empresa especializada, não somente em cumprimento às determinações legais, mas também às determinações técnicas, visando a qualidade, a garantia e a segurança das edificações. Diante disso, a manutenção das edificações, precedida da devida inspeção, deve ser encarada como uma necessidade construtiva que extrapola o ato de entrega da edificação (ABNT NBR 5674, 2012).

Ressalte-se que, com a rápida evolução tecnológica, aliada a uma variedade de equipamentos e de itens físicos a serem mantidos em uma edificação, além dos itens convencionais, os gestores são instados a acompanhar essa busca pelo conhecimento e aplicar novas técnicas de manutenção visando à qualidade predial. Essa conduta traduz uma gestão eficiente, satisfatória e que garante a segurança dos servidores e demais usuários dos prédios.

Portanto, considerando a importância da continuidade dos serviços e do aprimoramento das técnicas de manutenção predial, bem como a edição do Decreto Estadual n.º 46.632, de 04 de abril de 2019, que institui e regulamenta a política básica de manutenção no âmbito do poder executivo do Estado do Rio de Janeiro, o presente procedimento visa a continuidade do desenvolvimento de uma política de procedimentos rotineiros e planejados relacionados à gestão eficiente das atividades relativas à manutenção dos imóveis ocupados pela SEFAZ-RJ.

Cumprir destacar que a manutenção preventiva e corretiva de toda a instalação predial promove a sustentabilidade, pois garante a sobrevida dos sistemas e elementos da edificação, evitando o desgaste prematuro decorrente de falhas que poderiam ter sido evitadas caso houvesse manutenção. Uma manutenção eficiente também pode reduzir gastos com energia elétrica e outras contas públicas, o que contribui para a efetiva economicidade da Administração.

Adicionalmente, informa-se que os servidores efetivos da Secretaria estão alocados em suas atividades precípuas, não havendo cargo na carreira da Secretaria para exercício de funções dessa natureza, motivo pelo qual existe uma carência de mão de obra especializada que possa se dedicar ao desempenho de tarefas de manutenção predial. Com a contratação pretendida, torna-se possível o alcance dos objetivos organizacionais, permitindo o suporte às atividades fim da SEFAZ-RJ.

Nessa linha, aponta-se que a atividade de manutenção de edificações encontra-se descrita no inciso VII, do art. 1º do Decreto Estadual n.º 41.203/08, o qual relaciona os serviços auxiliares, prestados por terceiros, necessários ao desempenho das atribuições do Órgão, cuja interrupção possa comprometer a continuidade de suas atividades, o que motiva a contratação contínua desse tipo de serviço, a qual deve ser estendida por mais de um exercício financeiro.

Assim, por meio da contratação de empresa prestadora do serviço, que ficará responsável, exclusivamente, pelo desempenho de atividades de manutenção predial, promovendo a devida disponibilidade de mão de obra para o desempenho dessas atividades, objetiva-se atender aos princípios da continuidade do serviço público e da eficiência, por meio da conservação das estruturas e da manutenção das funcionalidades dos imóveis ocupados pela SEFAZ-RJ.

## **5. DO PARCELAMENTO DO OBJETO**

O art. 23, §1º, da Lei Federal n.º 8.666/1993 estabelece que “as obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala”.

Em análise a essa disposição, o Tribunal de Contas da União, no Acórdão 1214/2013- Plenário, se manifestou no sentido de que o expresso no supracitado artigo não configura regra absoluta pelo parcelamento ou não do objeto, devendo ser avaliada a viabilidade técnica e econômica em cada caso.

Nesse mesmo sentido, a Súmula n.º 247 do Tribunal de Contas da União estabelece a obrigatoriedade da adjudicação por item, nas contratações em que o objeto seja divisível, salvo quando a sua divisibilidade possa prejudicar o conjunto ou complexo, ou houver perda de economia de escala.

A inviabilidade técnica, conforme entendimento de Marçal Justen Filho, se caracteriza quando o fracionamento do objeto em

itens ou lotes distintos possa comprometer a integridade qualitativa do objeto a ser executado, importando risco de impossibilidade de execução satisfatória pela desnaturação do objeto.

O autor explica ainda acerca da inviabilidade econômica, a qual impede o fracionamento do objeto quando a contratação por itens ou lotes acarretar o aumento do preço a ser pago pela Administração. Nesse caso, o não parcelamento do objeto é permitido para manutenção da economia de escala, pois o aumento dos quantitativos produziria a redução dos preços e, por conseguinte, garantiria a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração<sup>[1]</sup>.

No caso da presente contratação, embora seja possível a divisão do objeto entre as diferentes localidades onde ocorrerá a prestação dos serviços, admitir o seu parcelamento por itens ou lotes elevaria o preço a ser pago pela Administração e prejudicaria a economia em escala do procedimento, acarretando prejuízos de ordem econômica. Isso porque para cada contrato formalizado para atendimento a uma ou a um grupo de localidades, a Contratada deveria suportar custos relacionados ao empregado de equipe de profissionais especializados, à nomeação de um responsável técnico pelos serviços, à disponibilização de ferramentas e equipamentos, entre outros, o que impediria a compensação dos custos de gestão administrativa e operacional, tornando a prestação mais onerosa para a Administração.

Além disso, o parcelamento da contratação por itens ou por lotes poderia diminuir o interesse do mercado fornecedor em participar do certame licitatório para prestação dos serviços em localidades que se encontram geograficamente distantes da capital, fazendo com que algumas unidades de atuação da SEFAZ-RJ tivessem a descontinuidade dos serviços de manutenção predial.

Destaca-se que a adoção do subtipo menor preço global tem por finalidade garantir o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Cabe observar que a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União permite a adoção de outros critérios quando a divisão por itens se mostra tecnicamente inviável e ocasiona a perda de economia de escala:

Súmula nº 247: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

## 6. DO OBJETO

**6.1.** A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, com disponibilização de mão de obra especializada, em regime de dedicação exclusiva, incluído o fornecimento de ferramentas, equipamentos e materiais necessários para a execução dos serviços, nas unidades de atuação da SEFAZ/RJ.

**6.2.** O objeto da presente contratação encontra-se identificado no SIGA com a seguinte descrição: Serviço de manutenção predial, com fornecimento de mão de obra especializada, ferramentas e materiais, Código do Item: 0326.001.0022 (ID – 170914).

**6.3.** Os serviços a serem contratados apresentam natureza comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, e são considerados de prestação continuada, pois visam satisfazer a necessidade permanente da Administração de conservar os imóveis que ocupa em adequadas condições de uso e segurança.

**6.4.** A execução indireta dos serviços se dará em regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

## 7. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**7.1.** Os serviços de manutenção serão executados em diversas unidades de atuação da SEFAZ/RJ, conforme relação de endereços discriminados abaixo:

Unidades de atuação		Endereços	Área total
01	Sede	Av. Presidente Vargas, n.º 670 – Centro, Rio de Janeiro/RJ	15.478,16 m²
02	Corregedoria	Rua Buenos Aires, n.º 68, 4º andar – Centro, Rio de Janeiro/RJ	265 m²

03	AFR Barra da Tijuca	Av. Ayrton Senna, n.º 2001, Bloco C, Sala 58 – Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ	535 m²
04	PFA Capital Oeste	Rua Engenheiro Trindade, n.º 397/A – Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ	345 m²
05	Auditoria Espec. IPVA	Rua Visconde do Rio Branco, n.º 22 – Centro, Rio de Janeiro/RJ (esquina com a Regente Feijó, n.º 7)	559 m²
06	Arquivo Bonsucesso	Rua João Torquato, n.º 284 – Bonsucesso, Rio de Janeiro/RJ	3.500 m²
07	Setor de Almoxarifado	Rua da Constituição, n.º 78 – Centro, Rio de Janeiro/RJ	536 m²
08	Setor de Transportes	Rua Francisco Eugênio, n.º 20 – São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ	440 m²
09	Depósito Méier	Rua Arquias Cordeiro, n.º 254 – Méier, Rio de Janeiro/RJ	1.200 m²
10	Posto Fiscal GIG	Aeroporto Tom Jobim – Ilha do Governador, Rio de Janeiro/RJ	60 m²
11	AFR Itaguaí	Rua Dr. Curvelo Cavalcanti, n.º 164, fundos – Centro, Itaguaí/RJ	346 m²
12	Arquivo Niterói	Rua Washington Luiz, n.º 366 – Centro, Niterói/RJ	6.598 m²
13	AFR Niterói	Rua Marques do Paraná, n.º 191 – Centro, Niterói/RJ	791 m²
14	PFA Nova Iguaçu	Rua Dom Walmor, n.º 383, 3º andar – Centro, Nova Iguaçu/RJ	602 m²
15	AFR Itaperuna	Av. Cardoso Moreira, n.º 294 – Centro, Itaperuna/RJ	596 m²
16	PFA Santo Antônio de Pádua	Rua Florismundo Decnop, n.º 135 – Centro, Santo Antônio de Pádua/RJ	344 m²
17	AFR Campos dos Goytacazes	Av. Alberto Torres, n.º 80 – Centro, Campos dos Goytacazes/RJ	1.545 m²
18	PFA Macaé	Rua Teixeira de Gouveia, n.º 424 – Centro, Macaé/RJ	425 m²
19	PFA São Fidélis	Av. Sete de Setembro, n.º 317, loja 2 – Centro, São Fidélis/RJ	86 m²
20	PCF Morro do Coco	Rod. BR-101, km 45 (antigo Posto Mato Verde) – Travessão, Campos dos Goytacazes/RJ	507 m²
21	AFR Nova Friburgo	Rua Ernesto Brasília, n.º 25 – Centro, Nova Friburgo/RJ	858 m²
22	AFR Petrópolis	Rua Paulo Barbosa, n.º 110, 2º andar – Centro, Petrópolis/RJ	595 m²
23	AFR Teresópolis	Rua José Augusto da Costa, n.º 33 – Várzea, Teresópolis/RJ	454 m²
24	AFR Cabo Frio	Praça Dom Pedro II, n.º 12, loja 1 – Centro, Cabo Frio/RJ	299 m²
25	AFR Barra do Pirai	Rua Paulo de Frontin, n.º 132 – Centro, Barra do Pirai/RJ	240 m²
26	AFR Volta Redonda	Av. Amaral Peixoto, n.º 287 – Centro, Volta Redonda/RJ	237 m²
27	PCF Nhangapi	Rod. Pres. Dutra, km 324, Itatiaia/RJ	2.446 m²
28	PFA Três Rios	Rua Prefeito Joaquim José Ferreira, n.º 81 – Centro, Três Rios/RJ	262 m²
29	PCF Levy Gasparian	Rua Anísio Torres, n.º 1 (Rod.BR040, km 6,5), Comendador Levy Gasparian/RJ	3.500 m²

## 8. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

**8.1.** A Contratada será responsável por executar e finalizar os serviços, iniciados nos dias e horários de expediente normal, ou fora dele, nos casos emergenciais ou em que as pendências prejudiquem atividades essenciais da Contratante, devendo, neste último caso, a prestação ser previamente comunicado e autorizado pela Contratante.

**8.1.1.** Na eventualidade de serem efetuadas horas extraordinárias à jornada de trabalho estabelecida neste Termo de Referência, em razão da necessidade de conclusão de manutenção predial preventiva ou corretiva, a Contratada deverá efetuar um controle das horas extras que constarão em um banco de horas, sendo compensados com a anuência da Fiscalização do Contrato, sem gerar custo adicional à Contratante.

**8.1.1.1.** Para cumprimento do item 8.1.1 deste Termo de Referência, a Contratada deverá necessariamente fazer constar nos contratos firmados entre ela e seus funcionários a possibilidade de banco de horas.

**8.2.** A Contratada deverá refazer ou reparar, sem quaisquer ônus adicionais, os serviços julgados inadequados ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução.

**8.3.** A Contratada somente realizará serviços que impliquem na paralisação das atividades de alguma unidade de atuação da Secretaria, após prévia autorização da Contratante.

**8.4.** Toda a mão de obra necessária para os levantamentos, elaboração de relatórios e execução dos serviços descritos neste Termo de Referência será de inteira responsabilidade da Contratada, devendo tudo estar previsto no valor global do contrato.

## **8.5. Manutenção Preventiva**

**8.5.1.** Os serviços de manutenção preventiva consistem em um conjunto de atividades contínuas e periódicas, que tem por objetivo evitar a ocorrência de defeito ou falhas dos sistemas, elementos ou componentes das edificações, de modo a preservar o seu estado de conservação e garantir condições de uso, habitabilidade e segurança das instalações, de acordo com as orientações aplicáveis das Normas Brasileiras da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

**8.5.2.** Os serviços de manutenção preventiva serão executados conforme descrito no Plano de Controle de Manutenção (PCM) elaborado e entregue pela Contratada, por meio de ações e intervenções programadas, podendo as rotinas estabelecidas serem modificadas com base nos relatórios de verificações periódicos sobre o estado de conservação dos imóveis.

**8.5.3.** Para execução dos serviços deverão ser observadas as normas técnicas vigentes e a própria experiência da Contratada no ramo, de comum acordo com a Contratante.

**8.5.4.** As rotinas de manutenção, apresentadas no **Anexo H**, são as referências orientativas para elaboração do PCM e execução dos serviços de manutenção objeto deste contrato, devendo a Contratada providenciar todas as demais ações que forem necessárias para manter as edificações em adequadas condições de uso, habitabilidade e segurança.

**8.5.4.1.** A Contratante poderá, a qualquer tempo, modificar as rotinas ou a periodicidade dos serviços de manutenção preventiva, bastando comunicar por escrito à Contratada, a qual terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para promover os ajustes necessários no Plano de Manutenção.

## **8.6. Manutenção Corretiva**

**8.6.1.** Os serviços de manutenção corretiva consistem em um conjunto de atividades pontuais ou imediatas, que tem por objetivo o restabelecimento, a readequação ou a recuperação dos sistemas, componentes ou elementos das edificações às condições ideais de funcionamento, de forma a atender os requisitos dos usuários, eliminar os riscos derivados da sua inadequação e garantir a continuidade do seu uso.

**8.6.2.** A manutenção corretiva será realizada sempre que necessário e a qualquer tempo, mediante comunicação da Contratada e/ou requisição da Contratante, por meio de chamado técnico (ordem de serviço), devendo a Contratada comunicar imediatamente os problemas identificados à Contratante, solicitando autorização para a execução dos serviços.

**8.6.3.** Os chamados técnicos (ordem de serviço) de manutenção corretiva tem como finalidade vistoriar, diagnosticar e solucionar falhas ocorridas nos imóveis mantidos.

**8.6.3.1.** Os chamados técnicos (ordem de serviço) serão realizados através de contato telefônico e/ou por meio de e-mail, para

número telefônico e/ou endereço eletrônico fornecidos pela Contratada no início da execução contratual.

**8.6.3.2.** Os chamados técnicos (ordem de serviço) serão considerados recebidos pela Contratada no ato de sua realização.

## **8.7. Do Plano de Controle de Manutenção (PCM)**

**8.7.1.** A Contratada deverá apresentar, no início da prestação dos serviços à Contratante, impresso e em formato digital, Plano de Controle de Manutenção (PCM), o qual deverá especificar todas as atividades essenciais de manutenção, com indicação, inclusive, da periodicidade e das datas prováveis de execução.

**8.7.2.** O PCM tem como objetivo fornecer apoio estratégico para as atividades de manutenção, garantindo os recursos necessários para a execução das tarefas.

**8.7.3.** O PCM visa manter uma base histórica de todas as ações e intervenções derivadas da execução dos serviços de manutenção predial, devendo a ele integrarem informações relativas aos períodos de manutenção, aos serviços realizados e aos profissionais executantes do serviço.

**8.7.4.** O PCM deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:

- a) Programação das manutenções preventivas;
- b) Descrição sumária dos serviços executados;
- c) Previsão de duração da execução dos serviços;
- d) Estimativa de manutenções corretivas;
- e) Estimativa de recursos humanos e/ou materiais necessários para atender às necessidades de manutenção predial.

**8.7.5.** O PCM deverá ser elaborado, atualizado e apresentado mensalmente, no prazo nos primeiros 10 (dez) dias corridos do mês subsequente à prestação dos serviços.

**8.7.6.** Para a elaboração do PCM a Contratada deverá seguir as orientações básicas estabelecidas na ABNT NBR 5674:2012, e demais regulamentações aplicáveis ao caso.

**8.7.7.** O PCM deverá ser elaborado por responsável técnico legalmente habilitado e registrado no conselho de classe competente, e deverá descrever todos os serviços objeto do contrato.

**8.7.8.** O PCM deverá ser revisto pela Contratada, casos em que será submetido à análise e concordância da Contratante, para que sejam feitos os ajustes necessários.

## **8.8. Dos Relatórios**

**8.8.1.** A Contratada deverá apresentar, impresso e em formato digital, além de outros modelos que poderão ser eventualmente solicitados, relatório mensal de atividades, a ser entregue à Contratante em até 05 (cinco) dias úteis após o término da prestação de serviços em cada mês de execução contratual.

**8.8.1.1.** O relatório mensal de atividades deverá conter, no mínimo, os seguintes pontos: descrição dos serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva realizados, com indicação das localidades onde ocorreu a sua prestação; informação dos dias, dos horários e do tempo de duração das atividades; relação de materiais fornecidos e empregados para a execução dos serviços, acompanhada da descrição da necessidade de sua utilização.

**8.8.2.** A Contratada deverá apresentar, impresso e em formato digital, além de outros modelos que poderão ser eventualmente solicitados, relatório de inspeção, a ser entregue à Contratante em até 05 (cinco) dias úteis após o término da inspeção das instalações das edificações programada no Plano de Controle de Manutenção.

**8.8.2.1.** O relatório de inspeção deverá conter, no mínimo, os seguintes pontos: descrever a degradação de cada sistema, elemento e componente das edificações; apontar e, sempre que possível, estimar a perda do seu desempenho; recomendar ações para minimizar os serviços de manutenção corretiva; e conter prognóstico de ocorrências.

## **9. DAS FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS**

**9.1.** Todas as ferramentas, os equipamentos e os materiais necessários para a prestação dos serviços de manutenção predial preventiva e corretiva serão fornecidos pela Contratada, a qual será responsável integralmente pelo seu acondicionamento, transporte, disponibilização e emprego, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**9.1.1. Ferramentas e equipamentos:** São os recursos técnicos básicos e essenciais para cada profissão desenvolver plenamente as suas atividades.

**9.1.2. Materiais:** São os materiais básicos de consumo, reposição ou substituição a serem empregados para o cumprimento das rotinas de manutenção preventiva e/ou para a correção dos defeitos e falhas identificadas, considerados como necessários para a limpeza, a conservação e/ou o reparo dos sistemas, elementos e componentes das edificações.

**9.2.** As ferramentas e os equipamentos descritos no **Anexo G** deverão ser fornecidos durante toda a execução dos serviços, em quantitativo necessário para execução regular dos serviços de manutenção predial. A lista apresentada não é exaustiva, de modo que a Contratada deverá fornecer qualquer outro item não relacionado que seja essencial para a prestação dos serviços.

**9.2.1.** As ferramentas e os equipamentos listados no **Anexo G** deverão estar disponíveis nas dependências da Contratante, durante toda a execução contratual, sendo a sua guarda realizada em local indicado pela Contratante.

**9.2.2.** A Contratada não poderá alegar a falta de ferramentas e equipamentos para a execução dos serviços, em nenhuma hipótese

**9.2.3.** As ferramentas e os equipamentos a serem fornecidos deverão integrar o custo mensal de prestação dos serviços, não importando em ônus adicional à Contratante no curso da execução contratual.

**9.3.** Os materiais descritos no **Anexo F** deverão ser fornecidos durante toda a execução dos serviços, em quantitativo necessário para execução regular dos serviços de manutenção predial. A lista apresentada não é exaustiva, de modo que a Contratada deverá fornecer qualquer outro item não relacionado que seja essencial para a prestação dos serviços.

**9.3.1.** Os materiais a serem fornecidos serão ressarcidos pela Contratante, devendo, para isso, ser apresentado descritivo que contenha justificativa a respeito das ações de manutenção preventiva e corretiva e da especificação e quantificação dos materiais necessários para a sua correta e completa execução, e cotação relativa ao custo do material, a ser composta com um mínimo de 03 (três) preços para cada item a ser fornecido.

**9.3.1.1.** A justificativa para cada utilização e a prestação de contas de cada um dos valores deverão compor capítulo próprio do relatório mensal descrito no item 8.8.1 deste Termo de Referência, a fim de possibilitar o ressarcimento.

**9.3.1.2.** O fornecimento dos materiais será sujeito à avaliação e à aprovação da Contratante, que poderá aprovar a aquisição pelo menor dos três valores apresentados, ou na verificação de preço menor no mercado ao apresentado, poderá negar a compra, até o preço ser compatível ao verificado pela Contratante.

**9.3.1.3.** Sobre o menor valor apresentado e aprovado será aplicada taxa de BDI específica para o fornecimento de materiais, com objetivo de custear as parcelas do preço que não podem ser mensuradas com precisão e incidem indiretamente no fornecimento, a qual será estabelecida na proposta apresentada pela licitante e registrada no contrato.

**9.3.1.4.** O pagamento dos materiais adquiridos pela Contratada, após aprovação da Contratante, somente será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal de aquisição atestada pela Contratante.

**9.3.1.5.** Para pagamento dos valores relativos ao ressarcimento de materiais será prevista reserva orçamentária no montante de 40%

(quarenta por cento) do valor total dos postos de trabalho, não podendo serem ressarcidos valores que ultrapassem o montante fixado.

**9.3.1.6.** Ultrapassado o valor previsto no item 9.3.1.5 deste Termo de Referência, caberá a Contratante realizar a aquisição do material, sendo responsabilidade da Contratada a sua instalação, sem custo adicional para a Contratante, tendo em vista que este serviço está dentro do escopo contratual.

**9.3.2.** Autorizada a compra pela Contratante, a Contratada deverá apresentar ao material adquirido no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, prorrogável, mediante pedido justificado e a critério da Contratante.

**9.3.3.** No caso de algum material ser fornecido sem que seja autorizada a compra pela Contratante, este não será ressarcido.

**9.3.4.** Os materiais deverão ser novos e estar acondicionados em caixas/embalagens apropriadas, que garantam a sua integridade durante o transporte e armazenamento, sendo entregues em perfeitas condições de uso, sem quaisquer condições que impeçam ou dificultem sua plena utilização, tais como arranhados, amassados, quebrados, entre outros, ficando o fornecedor obrigado a sua substituição quando constatada a entrega dos equipamentos nestas condições.

**9.3.4.1.** Não será admitido o emprego de materiais reconicionados e/ou reaproveitados de outros empreendimentos, salvo se houver autorização expressa da Contratante.

**9.3.5.** O fornecimento e o acondicionamento dos materiais deverão atender aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Decreto Estadual n.º 43.629/2012, no que couber, devendo serem utilizadas, sempre que possível, embalagens produzidas com materiais recicláveis, desde que atendam aos requisitos mínimos para transporte e o armazenamento seguros.

**9.3.6.** Os materiais deverão ser fornecidos e empregados dentro do prazo de validade estabelecido pelo fabricante, no que for aplicável, para manutenção da sua qualidade e utilidade.

**9.3.7.** Todos os materiais fornecidos deverão ser aprovados pelo INMETRO e/ou atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), quando aplicável.

**9.3.8.** Antes do fornecimento efetivo, os materiais serão avaliados pela Contratante, estando sua aceitação condicionada à estrita observância dos requisitos técnicos mínimos e ao seu reconhecimento pelo mercado.

**9.3.8.1.** Se julgar necessário, a Contratante poderá solicitar à Contratada a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem ou de certificados de conformidade ou de ensaios relativos aos materiais que pretende aplicar, empregar ou utilizar, para comprovação da sua qualidade.

**9.3.9.** Os materiais básicos de consumo deverão constituir estoque em local designado, dentro das dependências da Contratante, em quantidades justificadas por meio de relatório informativo que descreva às necessidades para o cumprimento das rotinas de manutenção preventiva.

**9.3.10.** A Contratada não poderá alegar a falta de materiais para a execução dos serviços, em nenhuma hipótese.

**9.3.11.** A Contratada deverá assegurar a garantia mínima legal de 90 (noventa) dias em relação aos materiais que forem repostos/substituídos, nos termos do art. 26, II, do Código de Defesa do Consumidor, período em que eventuais novas reposições/substituições deverão se dar sem ônus à Contratante.

**9.3.12.** A Contratada deverá, previamente, formalizar junto à Contratante, toda e qualquer entrada de materiais necessários à realização do contrato, que deverão estar identificados de forma a não serem confundidos com os similares de propriedade da Contratante, tal como a saída de materiais.

## **10. DOS PROFISSIONAIS**

**10.1.** A Contratada deve realizar os serviços de manutenção predial por meio de profissionais competentes, treinados e vinculados à



empresa, providos de instruções necessárias para realizar de forma segura as intervenções requeridas, e deve garantir que os profissionais possuam todas as ferramentas e equipamentos necessários para execução dos serviços.

**10.2.** A equipe de profissionais residentes será constituída por postos de profissionais, distribuídos segundo os postos de trabalho, as categorias, as formações profissionais e as quantidades de postos, as lotações, as jornadas de trabalho, conforme tabelas abaixo:

Posto de Trabalho	CBO	Formação Profissional	Quantidade de postos	Lotação	Jornada de Trabalho
Encarregado	7102-05	Ensino médio completo e experiência mínima de 06 (seis) meses na área de atuação, comprovada na CTPS.	01	Sede	44 horas semanais
Auxiliar Administrativo	4110-05	Ensino médio completo e experiência mínima de 06 (seis) meses na área de atuação, comprovada na CTPS.	01	Sede	44 horas semanais
Almoxarife	4141-05	Ensino fundamental completo e experiência mínima de 06 (seis) meses na área de atuação, comprovada na CTPS.	01	Sede	44 horas semanais
Oficial de Manutenção	5143-25	Ensino fundamental completo e experiência mínima de 06 (seis) meses na área de atuação, comprovada na CTPS.	06	Sede	44 horas semanais
Bombeiro Hidráulico	7241-10	Ensino fundamental completo e experiência mínima de 06 (seis) meses na área de atuação, comprovada na CTPS.	03	Sede	44 horas semanais
			01	PCF Nhangapi	
Eletricista	9511-05	Ensino técnico em elétrica e experiência mínima de 06 (seis) meses na área de atuação, comprovada na CTPS.	03	Sede	44 horas semanais
			02	Sede	12 x 36 horas
			01	PCF Nhangapi	44 horas semanais
Pintor	7166-10	Ensino fundamental completo e experiência mínima de 06 (seis) meses na área de atuação, comprovada na CTPS.	02	Sede	44 horas semanais
Pedreiro	7152-10	Ensino fundamental completo e experiência mínima de 06 (seis) meses na área de atuação, comprovada na CTPS.	02	Sede	44 horas semanais
Marceneiro	7711-05	Ensino fundamental completo e experiência mínima de 06 (seis) meses na área de atuação, comprovada na CTPS.	01	Sede	44 horas semanais
Serralheiro	7244-40	Ensino fundamental completo e experiência mínima de 06 (seis) meses na área de atuação, comprovada na CTPS.	01	Sede	44 horas semanais
Auxiliar de Serviços Gerais	5143-10	Ensino fundamental completo e experiência mínima de 06 (seis) meses na área de atuação, comprovada na CTPS.	07	Sede	44 horas semanais
			01	PCF Nhangapi	

Gesseiro	7164-05	Ensino fundamental completo e experiência mínima de 06 (seis) meses na área de atuação, comprovada na CTPS.	01	Sede	44 horas semanais
Operador de Roçadeira	6410-15	Ensino fundamental completo e experiência mínima de 06 (seis) meses na área de atuação, comprovada na CTPS.	01	Sede	44 horas semanais

**10.3** A equipe de profissionais residentes deverá cumprir as seguintes atribuições mínimas gerais:

**10.3.1. Encarregado:** Coordenar, orientar e fiscalizar os serviços; verificar se os serviços foram executados dentro da periodicidade; manter a ordem, a disciplina e o respeito, orientando e instruindo os empregados na forma de agir; dentre outras atividades pertinentes à categoria profissional.

**10.3.2. Auxiliar Administrativo:** Atendimento de solicitações de serviços do Encarregado; emissão e controle de documentação necessária à execução; emissão de pedidos de compra de materiais; registro e controle do atendimento realizado; elaboração de relatórios e mapas sobre o desenvolvimento das atividades; acompanhar e realiza o levantamento de ordens de serviço; registrar e controlar a frequência e a pontualidade dos empregados; dentre outras atividades pertinentes à categoria profissional.

**10.3.3. Almoxarife:** Coordenar a entrada e a saída de mercadoria; fazer registro e inventário de materiais; conferir se os produtos recebidos estão de acordo com o que foi solicitado em quantidade e integridade; manipular planilhas; prever demandas futuras para evitar que falem materiais; fazer levantamento dos estoques; dentre outras atividades pertinentes à categoria profissional.

**10.3.4. Oficial de Manutenção:** Realizar atividades gerais e específicas de apoio operacional; realizar serviços de estofamento em geral; executar serviços de manutenção, reparos e acabamentos; cortar, montar e instalar vidros; executar trabalhos de carpintaria em geral; efetuar serviços em instalações sanitárias e hidráulicas; dentre outras atividades pertinentes à categoria profissional.

**10.3.5. Bombeiro Hidráulico:** Manutenção e conservação rotineira dos banheiros, cozinhas, bebedouros e outros; montagem, manutenção e conservação dos sistemas hidráulicos que abastecem as edificações; manutenção e conservação dos sistemas de águas pluviais, reparos em encanamentos, caixas d'água, troca de louças, metais, registros, torneiras, caixas de descarga, boias, ralos, sifões e outros; reparos de rotina nas redes de águas pluviais e instalações especializadas; verificação sistemática do funcionamento das bombas e das condições das casas de bombas, de modo a detectar a necessidade de reparos; dentre outras atividades pertinentes à categoria profissional.

**10.3.6. Eletricista:** Manutenção, conservação e reparos de instalações elétricas prediais, estufas e similares; montagem, manutenção e conservação de PCs, de acordo com as especificações técnicas das concessionárias de energia elétrica; instalação, manutenção e conservação de chaves, fusíveis, disjuntores, fios condutores, interruptores, tomadas, calhas, luminárias, starts, reatores, soquetes, lâmpadas, quadros gerais e de distribuição, circuitos de distribuição, caixas de passagem, cabos elétricos, chaves monofásicas, bifásicas, trifásicas, eletrodutos e outros; instalação e conservação de bombas d'água, verificando sistematicamente os dispositivos de ligação automática (chave de boia) e os de segurança (fusíveis, relés, etc.) e se os motores e quadros elétricos estão aquecendo, identificando a necessidade de reparos; instalações em subestações de força e luz; aperto de barramentos; instalações de microcomputadores; substituição ou instalação de disjuntores, aparelhos de sinalização, conserto em linhas de alimentação, chaves térmicas magnéticas, automáticas, reostatos, bombas de elevação e sucção; instalação, manutenção e reparo de redes e instalações elétricas de equipamentos elétricos e/ou eletrônicos; testagem da segurança de serviços elétricos; balanceamento de cargas e circuitos; reforma de quadros gerais de energia e iluminação; instalação física de cabos, condutores, eletrodutos, perfilados eletrocalha e congêneres; instalações de sensores de presença, relés fotoelétricos, entradas de luz e troca de fiação; verificação e correção do fator de potência; aterramento, eliminação de curto circuito, iluminação em geral; dentre outras atividades pertinentes à categoria profissional.

**10.3.7. Pintor:** Executar serviços de pintura, com aplicação de tinta PVA ou acrílica, óleo, esmalte sintético, verniz, cal, laca e outros, com utilização de pistola, trinchá ou rolo; pintura de paredes, tetos, janelas, batentes, rodapés, esquadrias, portas, janelas, muros, muretas, bancos, portões, portas e demais complementos internos e externos da edificação pintura; pintura de estruturas de madeira, alvenaria, ferro e móveis; preparação de superfícies, tais como limpeza, escovamento, lixamento, raspagem, emassamento e

nivelamento de alvenarias, concreto, madeiras, metais e outras superfícies; pintura sobre azulejo com tinta epóxi; preparação de tintas e vernizes; dentre outras atividades pertinentes à categoria profissional.

**10.3.8. Pedreiro:** Atendimento à demanda de serviços para qualquer tipo de construção, utilizando máquinas, equipamentos, ferramentas e materiais apropriados; execução de alvenarias de tijolo, contrapiso, chapisco, reboco, massa fina, preparação de massas, concreto armado; acabamentos em geral; confecção de caixas de inspeção de passagem, fossas sépticas sumidouros, tanques, muros, muros de arrimo; colocação de telhas e cumeeiras de barro e de fibrocimento; instalações de paredes, portas e batentes; eliminação de umidade aparente proveniente do solo ou infiltrações; instalação de revestimentos comuns e especiais – cerâmicos, metálicos, madeiras, entre outros revestimentos; dentre outras atividades pertinentes à categoria profissional.

**10.3.9. Marceneiro:** Execução de armários, estantes, arquivos, aparadores, balcões de recepção, mesas especiais; revitalização e reforma de todos os tipos de móveis, portas e batentes; instalação e adaptação de divisórias de madeira; dentre outras atividades pertinentes à categoria profissional.

**10.3.10. Serralheiro:** Confecção, montagem e reforma de peças, móveis, esquadrias, gradis e estruturas de metal, utilizando máquinas, equipamentos, ferramentas e produtos apropriados; confecção, montagem e reparação de artefatos de ferro em geral, tais como: caixilhos, suportes, grades, portões proteções, entre outros; dentre outras atividades pertinentes à categoria profissional.

**10.3.11. Auxiliar de Serviços Gerais:** apoio e auxílio nas tarefas de manutenção e construção em serviços de menor complexidade na área da construção civil; executar demolições; retirar peças sanitárias; remover instalações hidráulicas; remover pisos, revestimentos cerâmicos e azulejos; remover coberturas de edificações (lajes telhados, madeiramentos); retirar entulhos; auxiliar os profissionais transportando ferramentas e materiais pertinentes aos serviços de manutenção; executar remanejamento de mobiliários e equipamentos; executar limpeza das áreas onde tenha havido serviços de manutenção; dentre outras atividades pertinentes à categoria profissional.

**10.3.12. Gesseiro:** Manutenção, reparo e execução de rebaixamento de teto e construção de paredes em placas de gesso ou gesso acartonado; execução de forros removíveis, tanto em placas de gesso acartonado, quanto em placas de fibras minerais; execução de soluções de isolamento termoacústico, utilizando-se a combinação do gesso acartonado com lâ de rocha ou lâ de vidro; execução de painéis cimentícios (placas cimentícias); dentre outras atividades pertinentes à categoria profissional.

**10.3.13. Operador de Roçadeira:** operar máquinas roçadeiras; executar a limpeza de terrenos, pátios e canteiros; dentre outras atividades pertinentes à categoria profissional.

**10.4.** A manutenção predial deverá ser realizada por equipe de profissionais residentes, devendo os empregados da contratada ficarem à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços.

**10.5.** Os postos de trabalho com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, desenvolverão suas atividades de segunda-feira a sexta-feira, com intervalo para descanso e alimentação, observada a legislação pertinente.

**10.6.** Os postos de trabalho em escala 12x36 horas, caracterizados em turnos diurnos e noturnos, são entendidos como jornada ininterrupta, de segunda-feira a domingo, com intervalo para descanso e alimentação e adicional noturno, observada a legislação pertinente. Os feriados que coincidirem com a escala de serviço serão considerados dias normais de trabalho.

**10.7.** A contratada deverá manter plantões diurnos de 12 (doze) horas na Sede da SEFAZ-RJ, para atendimento das necessidades aos sábados e domingos, os quais poderão ser realizados por profissional das categoriais de bombeiro hidráulico e/ou oficial de manutenção.

**10.7.1.** Considerando o número de sábados e domingos, o número de semanas em 12 (doze) meses e um plantonista por dia, foram previstos 104 (cento e quatro) plantões diurnos por ano, para atendimento das necessidades da SEFAZ-RJ. O pagamento dessa verba estará limitado aos quantitativos previstos neste Termo de Referência.

**10.8.** A jornada de trabalho diária será definida pela Contratante, no início da execução contratual, de acordo com o horário de funcionamento das unidades de atuação, podendo ser alterada, desde que não haja majoração de custos, conforme necessidade do

serviço.

**10.9.** A equipe de profissionais residentes deverá realizar a manutenção predial preventiva e corretiva de todas as 29 (vinte e nove) unidades de atuação listadas no item 7.1 deste Termo de Referência.

**10.9.1.** A equipe de profissionais residentes terá seu posto de trabalho fixado na Sede, situada na Avenida Presidente Vargas, nº 670, Centro, Rio de Janeiro/RJ, e no PCF Nhangapi, localizado na Rodovia Presidente Dutra, Km 324, Itatiaia/RJ, de acordo com as funções e quantitativos dispostos na tabela constante no item 10.1.1 deste Termo de Referência, locais em que permanecerá durante toda a sua jornada de trabalho, exceto nos casos em que for deslocada para atendimento de outras unidades de atuação, conforme necessidade do serviço.

**10.9.2.** A Contratante fornecerá, por meios próprios, o transporte dos profissionais para atendimento das localidades que não possuem equipe de profissionais residentes.

**10.9.3.** Os profissionais que forem deslocados para prestarem atividades eventuais em localidades fora da capital ou região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro poderão fazer jus ao recebimento de diária, que se destinará ao custeio da alimentação, e/ou pernoite, que se destinará ao custeio de hospedagem para descanso entre o fim e o início da jornada.

**10.9.3.1.** Consideram-se pertencentes à capital e à região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro: Sede, Corregedoria, AFR Barra da Tijuca, PFA Capital Oeste, Auditoria Espec. IPVA, Arquivo Bonsucesso, Setor de Almoxarifado, Setor de Transportes, Depósito Méier, Posto Fiscal GIG, AFR Itaguaí, Arquivo Niterói, AFR Niterói e PFA Nova Iguaçu. Os endereços das localidades encontram-se listados no item 7.1 deste Termo de Referência.

**10.9.3.2.** As diárias serão devidas e pagas quando o afastamento do profissional para prestação de serviços fora da capital ou região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro for superior a 08 (oito) horas consecutivas, nas quais serão contabilizados os períodos de deslocamento e de efetiva atividade como horas trabalhadas.

**10.9.3.3.** Os pernoites serão devidos e pagos quando, por necessidade do serviço, não for possível o retorno do profissional à localidade onde está fixado o seu posto de trabalho no mesmo dia em que se deu o deslocamento.

**10.9.3.4.** As verbas destinadas à diária e à pernoite poderão ser cumulativas, uma vez satisfeitas ambas as condições mencionadas nos itens 10.9.3.2 e 10.9.3.3 deste Termo de Referência.

**10.9.3.5.** Foi estimada a concessão de 2.940 (dois mil, novecentos e quarenta) diárias e de 2.940 (dois mil, novecentos e quarenta) pernoites, considerando às rotinas de manutenção preventiva e a previsão de intervenções corretivas em localidades fora da capital ou região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Os pagamentos dessas verbas estarão limitados aos quantitativos previstos neste Termo de Referência.

**10.9.3.6.** As parcelas referidas no item 10.9.3 deste Termo de Referência possuem natureza indenizatória não incidindo sobre elas qualquer desconto de natureza fiscal, trabalhista ou previdenciária.

**10.9.3.7.** A Contratante deverá avaliar e autorizar previamente cada deslocamento dos profissionais, devendo ser enviada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis a programação de deslocamento de cada profissional, com indicação dos períodos de afastamento.

**10.9.3.7.1.** Caso autorizado o deslocamento, a Contratada deverá pagar os valores devidos de diária e/ou pernoite, aos profissionais, em até 01 (um) útil que antecede o deslocamento, a fim de que disponham dos valores necessários para custeio das despesas inerentes ao deslocamento.

**10.10.** A Contratada deverá apresentar listagem dos profissionais que atenderão à Contratante quando do início dos serviços contratados. Na referida lista devem constar os nomes dos profissionais, CPF (Cadastro de Pessoa Física) e ocupação, dentre outras informações consideradas relevantes.

**10.11.** A Contratada deverá fornecer aos seus empregados uniformes, crachá e equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) previamente ao início da execução do contrato, em quantidades suficientes à perfeita realização dos trabalhos.

**10.11.1.** Os uniformes deverão ser fornecidos a cada período de seis meses de execução contratual, de modo a manter seu bom estado de conservação.

**10.11.1.1.** Os uniformes deverão ser fornecidos de acordo com as características e quantitativos abaixo relacionados:

Posto de Trabalho	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
Encarregado	Camisa em algodão de mangas curtas com gola e bolso com a logomarca SEFAZ-RJ	Unid.	08
	Jaleco tecido sol-a-sol / Cor diferenciada	Unid.	04
	Calça tecido sol-a-sol / Cor diferenciada	Unid.	04
Auxiliar Administrativo	Camisa em algodão de mangas curtas com gola e bolso com a logomarca SEFAZ-RJ	Unid.	02
Almoxarife	Camisa em algodão de mangas curtas com gola e bolso com a logomarca SEFAZ-RJ	Unid.	08
	Jaleco de tecido sol-a-sol	Unid.	04
	Calça de tecido sol-a-sol	Unid.	04
Oficial de Manutenção	Camisa em algodão de mangas curtas com gola e bolso com a logomarca SEFAZ-RJ	Unid.	08
	Jaleco de tecido sol-a-sol	Unid.	04
	Calça de tecido sol-a-sol	Unid.	04
Bombeiro Hidráulico	Camisa em algodão de mangas curtas com gola e bolso com a logomarca SEFAZ-RJ	Unid.	08
	Jaleco tecido sol-a-sol	Unid.	04
	Calça tecido sol-a-sol	Unid.	04
Eletricista	Camisa em algodão de mangas curtas com gola e bolso com a logomarca SEFAZ-RJ	Unid.	08
	Jaleco tecido sol-a-sol	Unid.	04
	Calça tecido sol-a-sol	Unid.	04
	Bota de segurança para eletricista	Par	02
Pintor	Camisa em algodão de mangas curtas com gola e bolso com a logomarca SEFAZ-RJ	Unid.	08
	Jaleco tecido sol-a-sol	Unid.	04
	Calça tecido sol-a-sol	Unid.	04
Pedreiro	Camisa em algodão de mangas curtas com gola e bolso com a logomarca SEFAZ-RJ	Unid.	08
	Jaleco de tecido sol-a-sol	Unid.	04
	Calça de tecido sol-a-sol	Unid.	04
Marceneiro	Camisa em algodão de mangas curtas com gola e bolso com a logomarca SEFAZ-RJ	Unid.	08
	Jaleco de tecido sol-a-sol	Unid.	04
	Calça de tecido sol-a-sol	Unid.	04
Serralheiro	Camisa em algodão de mangas curtas com gola e bolso com a logomarca SEFAZ-RJ	Unid.	08
	Jaleco de tecido sol-a-sol	Unid.	04
	Calça de tecido sol-a-sol	Unid.	04
	Bota de borracha cano curto	Par	02

Auxiliar de Serviços Gerais	Camisa em algodão de mangas curtas com gola e bolso com a logomarca SEFAZ-RJ	Unid.	08
	Calça tecido sol-a-sol	Unid.	04
Gesseiro	Camisa em algodão de mangas curtas com gola e bolso com a logomarca SEFAZ-RJ	Unid.	08
	Jaleco tecido sol-a-sol	Unid.	04
	Calça tecido sol-a-sol	Unid.	04
Operador de Roçadeira	Camisa em algodão de mangas curtas com gola e bolso com a logomarca SEFAZ-RJ	Unid.	08
	Avental de couro	Unid.	02
	Jaleco de tecido sol-a-sol	Unid.	04
	Calça de tecido sol-a-sol	Unid.	04

**10.11.1.2.** Os uniformes danificados, independente da data da última entrega, devem ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis, a partir da comunicação formal da Fiscalização do Contrato.

**10.11.1.3.** Os uniformes completos deverão ser entregues aos empregados mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser enviada a Fiscalização do Contrato.

**10.11.1.4.** Os custos com os uniformes não poderão ser descontados dos funcionários da Contratada.

**10.11.2.** Será obrigatório o fornecimento de, no mínimo, os seguintes equipamentos de proteção individual:

Almoxarife	Capacete de segurança com forro de borracha com carneira
	Protetor auditivo tipo plug
	Botina de segurança
	Máscara de segurança
	Máscara para produtos químicos
	Luva de látex
	Óculos de proteção
Oficial de Manutenção	Capacete de segurança com forro de borracha com carneira
	Protetor auditivo tipo plug
	Máscara de segurança
	Máscara para produtos químicos
	Cinto de segurança tipo paraquedista (treinamento NR 35)
	Avental de PVC ou macacão tyver
	Óculos de proteção
	Protetor tipo abafador acoplado ao capacete
	Botina de segurança com sola de borracha
	Luva isolante de borracha 2 KVA
	Luva de raspa
	Todos os demais equipamentos constantes na NR 01 e NR 6, aplicáveis à prestação
Bombeiro Hidráulico	Capacete de segurança com forro de borracha com carneira
	Protetor auditivo tipo plug
	Avental de PVC ou macacão tyver
	Botina de segurança
	Bota impermeável
	Máscara de segurança
	Luva pigmentada
	Luva de látex
	Óculos de proteção
	Capacete de segurança com forro de borracha com carneira
	Protetor auditivo tipo plug
	Máscara de segurança
	Máscara para produtos químicos
	Cinto de segurança tipo paraquedista (treinamento NR 35)

Eletricista	Óculos de proteção
	Botina de segurança com sola de borracha
	Luva isolante de borracha 2 KVA
	Luva de raspa
	Todos os demais equipamentos constantes na NR 10 e NR 6, aplicáveis à prestação
Pintor	Capacete de segurança com forro de borracha com carneira
	Protetor auditivo tipo plug
	Botina de segurança
	Máscara de segurança
	Máscara para produtos químicos
	Cinto de segurança tipo paraquedista (treinamento NR 35)
	Avental de PVC ou macacão tyver
Pedreiro	Capacete de segurança com forro de borracha com carneira
	Protetor auditivo tipo plug
	Protetor auditivo tipo concha
	Botina de segurança
	Bota impermeável
	Máscara de segurança
	Cinto de segurança tipo paraquedista (treinamento NR 35)
	Luva pigmentada
	Luva de látex
	Óculos de proteção
Marceneiro	Capacete de segurança com forro de borracha com carneira
	Protetor auditivo tipo plug
	Protetor auditivo tipo concha
	Botina de segurança
	Máscara de segurança PFF1
	Avental de raspa
	Luva de raspa
	Visão de proteção
	Treinamento para uso de serra policorte
Serralheiro	Capacete de segurança com forro de borracha com carneira
	Protetor auditivo tipo concha
	Botina de segurança com biqueira
	Máscara de segurança
	Máscara de solda
	Cinto de segurança tipo paraquedista (treinamento NR 35)
	Luva de raspa de couro
	Avental de raspa de couro
	Visão de proteção com protetor acoplado
	Todos os demais equipamentos constantes na NR 10 e NR 6, aplicáveis à prestação
Auxiliar de Serviços Gerais	Capacete de segurança com forro de borracha com carneira
	Protetor auditivo tipo plug
	Botina de segurança
	Máscara de segurança
	Luva pigmentada
	Óculos de proteção
Gesseiro	Capacete de segurança com forro de borracha com carneira
	Protetor auditivo tipo plug
	Botina de segurança
	Máscara de segurança
	Cinto de segurança tipo paraquedista (treinamento NR 35)
	Luva de látex
	Óculos de proteção
	Todos os demais equipamentos constates na NR 10 e NR 6, aplicáveis à prestação
Operador de Roçadeira	Capacete de segurança com forro de borracha com carneira
	Protetor auditivo tipo plug
	Protetor auditivo tipo concha
	Botina de segurança
	Bota impermeável

	Máscara de segurança
	Luva de látex
	Óculos de proteção

**10.11.2.1.** Os equipamentos de proteção deverão ser de boa qualidade, com certificado de aprovação, com identificação da empresa e deverão ser substituídos a cada interstício de um ano ou quando se fizer necessário.

**10.11.3.** Deverá ser exigido que todos os profissionais residentes trabalhem com crachá de identificação e uniformizados, bem como que mantenham os uniformes em perfeitas condições de uso e asseio.

**10.11.4.** No início da prestação dos serviços e a cada troca, a Contratada deverá entregar à Fiscalização do Contrato cópias dos comprovantes de recebimento dos uniformes pelos funcionários residentes alocados para a execução dos serviços.

**10.11.5.** É responsabilidade da Contratada, orientar seus empregados quanto ao uso correto dos equipamentos de proteção individual (EPI), sendo seu uso obrigatório e individual, não se admitindo a utilização compartilhada ou coletiva.

**10.12.** A qualquer tempo, a Contratante poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da Contratada, quando julgar necessário ou conveniente à boa execução dos serviços contratados.

**10.13.** Na falta do empregado ao serviço e nas ausências por motivo de férias ou de saúde, ficará a Contratada obrigada a providenciar, em até 01 (uma) hora corrida, após a comunicação da Fiscalização do Contrato, sem qualquer ônus adicional, a sua substituição.

**10.14.** Deverão ser substituídos de imediato os profissionais que não correspondam tecnicamente às necessidades dos serviços, embarquem as atividades da fiscalização, atrapalhem o andamento dos trabalhos, ou ainda, apresentem problemas de comportamento julgados inconvenientes ao contrato.

**10.15.** A prestação dos serviços a serem contratados não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a SEFAZ-RJ, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **11. DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**11.1.** A Contratada deverá conduzir suas ações observando a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e ao bem-estar dos que utilizarem o espaço.

**11.2.** Na execução dos serviços deverão ser observadas as seguintes disposições, no que for aplicável: Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e o decreto federal nº 10.936/2022, regulamentador da referida lei; a Lei Estadual nº 4.191/2003, que dispõe sobre a política estadual de resíduos sólidos; a NOP-INEA nº 35, aprovada pela Resolução CONEMA nº 79/2018.

**11.3.** Deverão ser observadas as Normas Brasileiras – NBR, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT sobre resíduos sólidos, especialmente a ABNT NBR 10.004, ou outras que vierem a substituí-las, sem prejuízo de outras determinações aplicáveis à sustentável execução do serviço.

**11.4.** Deverão ser observados os requisitos dispostos no art. 2º, I ao VIII, do Decreto Estadual nº 43.629/2012 e no art. 13, §3º, I ao VIII, do Decreto Estadual nº 46.642/2019.

**11.5.** As especificações e demais exigências do Termo de Referência deverão ser cumpridas visando à economia da manutenção e a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

## **12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**12.1.** Para fins de atestação da qualificação técnico-operacional, deverão ser apresentados:



**12.1.1.** Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove o desempenho de atividade compatível em características e quantidades com o objeto da licitação, na forma do art. 30, II c/c §1º da Lei Federal nº 8.666/93.

**12.1.1.1.** Considerar-se-á compatível em características e quantidades, o serviço de manutenção predial, com 17 (dezessete) postos de trabalho, prestado por profissionais residentes, em atividades relacionadas à manutenção, indicadas no **Anexo H** deste Termo de Referência.

**12.1.1.2.** Será admitido o somatório de atestados, desde que se refiram a prestações concomitantes e a serviços de manutenção predial, tendo em vista que a possibilidade de somatório de atestados é a regra administrativa, conforme dispõe os Acórdão 1095/2018 e Acórdão 7982/2017, ambos do TCU, e o enunciado n.º 39 da PGE-RJ.

**12.1.1.3.** O(s) atestado(s) deve(m) conter: o nome, endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio com o qual o Órgão possa valer-se para manter contato com a(s) pessoa(s) declarante(s), e a razão social e dados de identificação da instituição emitente como CNPJ, endereço e telefone.

**12.1.2.** Comprovante de registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), nos termos do art. 59, da Lei n.º 5.194/1966, art. 5º c/c art. 10 da Lei n.º 12.378/2010, e art. 30, I, da Lei nº 8.666/1993.

**12.2.** Para fins de demonstração da qualificação técnico-profissional, deverão ser apresentados:

**12.2.1.** Comprovante, na data de apresentação das propostas, que possui ou tem capacidade de possuir até o início da execução do contrato, Engenheiro Civil registrado no CREA ou Arquiteto registrado no CAU, que deverão ser responsáveis técnicos pela execução dos serviços, com fundamento no art. 7º da Resolução n.º 218/1973 do CONFEA, no art. 2º e anexo I, da Resolução n.º 21/2012 do CAU/BR, no art. 1º, da Lei nº 6.839/1980 e no art. 30, §1º, I, da Lei Federal nº 8.666/1993.

**12.2.1.1.** A comprovação do subitem anterior poderá ser feita com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), em que conste a licitante como contratante, do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho, contrato civil de prestação de serviços ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada de declaração de anuência do profissional.

**12.2.1.2.** O responsável técnico indicado pela licitante deverá ser detentor de anotação(ões)/registro(os) de responsabilidade técnica, devidamente registrada(s) no CREA ou no CAU da região onde os serviços foram executados. A(s) anotação(ões)/registro(os) de responsabilidade técnica deverão ser apresentadas pela licitante, a fim de comprovar que o profissional indicado executou para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não a própria proponente, atividades relacionadas à manutenção, indicadas no **Anexo H** deste Termo de Referência, nos termos do art. 30 §1º, I, da Lei Federal nº 8.666/93.

### **13. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

**13.1.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da publicação do extrato do contrato no DOERJ.

**13.1.2.** O prazo contratual poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, nos termos do art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/1993, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

### **14. DA VISTORIA TÉCNICA FACULTATIVA**

**14.1.** As empresas interessadas poderão, com a finalidade de balizar a previsão de seus cálculos e formulação da sua proposta, visitar as instalações da Contratante.

**14.2.** A vistoria técnica poderá ser realizada, até o recebimento das propostas, por profissional qualificado da licitante, com conhecimento técnico para tanto, ou por profissional terceirizado competente devidamente indicado, em horário comercial (das 09:00

às 17:00 horas), de segunda a sexta-feira.

**14.3.** Para realização da vistoria, as empresas interessadas poderão agendar a visita com a Superintendência de Infraestrutura e Patrimônio, por meio do endereço eletrônico: [divisaodemanutencao@fazenda.rj.gov.br](mailto:divisaodemanutencao@fazenda.rj.gov.br).

**14.4.** Caso a empresa opte por não efetuar a vistoria técnica facultativa nos locais em que serão prestados os serviços objeto desta contratação, sendo a contratada, não poderá alegar posteriormente desconhecimento das condições dos locais como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do contrato ou atrasos em sua implementação.

## **15. DO PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**15.1.** O Contrato deverá ser executado fielmente de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do presente termo de referência e da Legislação vigente, respondendo a Contratada pelas consequências da sua inexecução total ou parcial.

**15.2.** A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração, que serão oportunamente designados pela Superintendência de Compras e Contratos da Contratante.

**15.3.** Os representantes da Contratante, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

**15.4.** A Contratada declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e esclarecimentos solicitados.

**15.5.** A fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, nem a exime de manter fiscalização própria.

**15.6.** É obrigação da fiscalização rejeitar quaisquer serviços quando entender que a sua execução está fora dos padrões técnicos e de qualidade definidos neste Termo de Referência.

**15.7.** A fiscalização terá livre acesso aos locais de trabalho da mão-de-obra da contratada, não permitindo que as tarefas sejam executadas em desacordo com as pré-estabelecidas.

**15.8.** Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

- a)** Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização, ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
- b)** Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados ao seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;
- c)** Receber a Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, bem como os demais documentos exigidos no contrato, e encaminhar aos fiscais para atestação acerca da realização dos serviços, para fins de liquidação e pagamento;
- d)** Acompanhar a entrega dos uniformes, quando for o caso, rejeitando os que não apresentarem boa qualidade, ou ainda os que estiverem em desacordo com as especificações exigidas.

**15.9.** A Contratante reserva-se o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, os serviços contratados, mediante o pagamento único e exclusivo dos dias já executados.

**15.10.** O fiscal, o gestor de contratos e/ou os demais servidores deverão atentar-se ao disposto no Decreto Estadual nº 45.600/2016 e

## **16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**16.1.** A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**16.1.1.** Registrar e apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato a devida Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica pelos serviços objeto das presentes especificações, em nome do(s) responsável (is) técnico(s) indicado(s) em sua habilitação técnica, conforme determina o art. 1 da Lei n.º 6.496/197715, o art. 28 da Resolução n.º 1.025/2009 do CONFEA, o art. 45 da Lei n.º 12.378/2010 e o art. 1º da Resolução n.º do CAU/BR.

**16.1.2.** A Contratada deverá emitir, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato, declaração de responsabilidade técnica, que deverá ser assinada pela responsável técnico pela prestação do serviço.

**16.1.3.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

**16.1.4.** Disponibilizar profissionais qualificados e capacitados para a prestação dos serviços;

**16.1.5.** Manter seus funcionários residentes a disposição nas dependências dos imóveis da Contratante.

**16.1.6.** Fiscalizar seus subordinados verificando se estão executando a contento suas tarefas;

**16.1.7.** Manter a ordem e a disciplina do pessoal sob sua responsabilidade;

**16.1.8.** Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Contratante;

**16.1.9.** Tomar as providências necessárias quantos a falhas apontadas pela Contratante;

**16.1.10.** Atender para que não falem materiais, ferramentas e equipamentos necessários para o regular serviço de manutenção predial preventiva e corretiva nas unidades de atuação da Contratante;

**16.1.11.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela equipe de fiscalização do contrato, os materiais utilizados e/ou os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

**16.1.12.** Fazer cumprir normas, instruções e rotinas da Administração de cada imóvel da Contratante;

**16.1.13.** Cuidar para que os funcionários se apresentem a Contratante identificados por meio de crachá e uniformizados, bem como provê-los com os EPI's necessários, quando for o caso;

**16.1.14.** Cuidar para que os funcionários não falem em voz alta nas dependências da Contratante, não transportem volumes para o interior ou exterior das dependências da Contratante, não solicitados pela Contratante, não façam uso de bebidas alcoólicas no horário de trabalho, não organizem jogos ou vendam produtos de qualquer espécie, e não abram móveis ou documentos sem autorização da Contratante.

**16.1.15.** Apresentar a relação dos empregados que executarão os serviços contratados, contendo todos os dados necessários à sua correta identificação, devendo a relação ser apresentada a cada novo empregado que se vincule à prestação dos serviços objeto do contrato;

**16.1.16.** Responsabilizar-se pelo registro de frequência dos profissionais que executarão os serviços, exercendo fiscalização diária sobre os registros de ponto;

- 16.1.17.** Reconhecer a Contratante o direito de exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto que não lhe mereça confiança ou venha a se comportar de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem atribuídas;
- 16.1.18.** Remunerar, no mínimo, cada funcionário pelo piso salarial estabelecido pela categoria e cumprir todos os acordos firmados pela entidade de classe;
- 16.1.19.** Submeter previamente ao setor responsável, qualquer substituição, transferência interna ou contratação de pessoal, mantendo a lista de profissionais, com a respectiva qualificação, atualizada.
- 16.1.20.** Assumir os riscos inerentes à execução destes serviços, responsabilizando-se também pela idoneidade moral de seus empregados, prepostos ou subordinados, bem como pelo comportamento nos locais de serviços, sendo que quaisquer prejuízos que esses causem aos bens e serviços da Contratante deverão ser ressarcidos, se materiais, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar do ato administrativo que determinar seu valor;
- 16.1.21.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 16.1.22.** Reconhecer expressamente que nos preços oferecidos estarão incluídas todas as despesas, tributos, lucros ou quaisquer outros encargos, inclusive os de natureza trabalhista e de transporte de funcionários, que onerem ou venham onerar a execução dos serviços;
- 16.1.23.** Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento pela Contratante;
- 16.1.24.** Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do FGTS e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados vinculados à execução do contrato;
- 16.1.25.** Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previstos neste Termo de Referência, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, demissão de empregados etc.;
- 16.1.26.** Substituir os funcionários por qualquer ausência (férias, licença etc.), de imediato, comunicando ao setor responsável da Contratante.
- 16.1.27.** Executar todos os serviços conforme especificados e dentro dos prazos estabelecidos;
- 16.1.28.** Arcar com todos os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de eventos futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos inciso da alínea “d”, do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 16.1.29.** Orientar seus funcionários à adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos seus serviços, nos termos do item 11 deste Termo de Referência;
- 16.1.30.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, no que concerne aos serviços ora contratados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
- 16.1.31.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 16.1.32.** Possuir conta corrente no Banco Bradesco S/A, informando número e agência, antes do ato de assinatura do contrato, para

fins de realização dos pagamentos mensais;

**16.1.33.** Relatar à Contratante, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

**16.1.34.** Manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

**16.1.35.** Comunicar à Contratante, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer providência contratual, para a adoção das providências cabíveis;

**16.1.36.** Manter pessoal capacitado para atender suas obrigações contratuais, bem como disponibilizar números de telefones que atendam, 24 (vinte e quatro) horas por dia, para quando se fizer necessário;

**16.1.37.** Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades, ou se causado por seus prepostos, à Contratante ou a terceiros;

**16.1.38.** Comunicar imediatamente à Contratante sobre qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros dados necessários para o recebimento de correspondências;

**16.1.39.** Substituir empregado com rendimento insatisfatório ou que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições após solicitação da Contratante;

**16.1.40.** Manter, durante toda a execução contratual, em perfeito estado de funcionamento, todas as ferramentas e os equipamentos essenciais para a prestação dos serviços, efetuando o abastecimento, quando necessário, a manutenção periódica e/ou a substituição de imediato daqueles que sofreram danos.

**16.1.41.** Fornecer sistema de gerenciamento de ordens de serviços, que viabilize a criação, o registro, o envio e o armazenamento de ordens de serviço, o levantamento de ordens de serviços pendentes e concluídas, a programação das atividades e o controle das operações.

**16.1.42.** Fornecer sistema de comunicação eficiente para viabilizar a comunicação entre todos os seus empregados durante a realização dos serviços, em especial com o uso de rádio ou celular, bem como disponibilizar à Contratante uma Central de Chamados que deverá funcionar ininterruptamente;

**16.1.43.** Manter atualizados seu endereço, e-mail, telefones e dados bancários; e

**16.1.44.** Cumprir as demais obrigações contidas no presente Termo de Referência.

## **17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**17.1.** Prestar à Contratada todos os esclarecimentos e informações relativas à execução do objeto da contratação.

**17.2.** Adotar todas as providências necessária para possibilitar a execução do objeto contratual.

**17.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, conforme o Decreto Estadual n.º 45.600/2016 e a Resolução SEFAZ n.º 401, de 24 de junho de 2022.

**17.4.** Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, observando a aplicação do Acordo de Nível de Serviços estipulado neste Termo de Referência.

**17.5.** Receber provisória e definitivamente o objeto deste Termo de Referência.

**17.6.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações

constantes no Termo de Referência e na proposta detalhe, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

**17.7.** Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da contratação.

**17.8.** Rejeitar, no todo ou em parte, materiais em desacordo com este Termo de Referência.

**17.9.** Documentar e notificar, por escrito, à Contratada, ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou regularização.

**17.10.** Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS, nos contratos que tenha mão de obra residente.

**17.11.** Permitir livre acesso às instalações aos empregados da Contratada em serviço, devidamente uniformizados.

**17.12.** Verificar a manutenção das condições de habilitação estabelecidas durante toda a execução contratual.

**17.13.** Proporcionar os meios e condições necessárias à segurança e à higiene dos empregados da Contratada, designados para a execução dos serviços.

**17.14.** Fiscalizar o cumprimento das práticas de sustentabilidade na execução dos seus serviços, nos termos do item 11 deste Termo de Referência.

**17.15.** Facilitar o exercício das funções da Contratada, dando-lhe acesso às instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os servidores da Contratante e cumprindo suas obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e no Contrato.

## **18. DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**18.1.** As licitantes deverão preencher as planilhas de custos e formação de preços, com os preços unitários e globais dos serviços a serem fornecidos no curso do Contrato, de acordo com os modelos constantes no **Anexo I** deste Termo de Referência.

**18.2.** O módulo 5 “Insumos Diversos” do **Anexo I** deste Termo de Referência deverá se limitar a previsão de custos com uniformes, EPIs, ferramentas e equipamentos, e outros comprovadamente relacionados aos custos de mão de obra.

**18.3.** Os custos dos plantões, das diárias, dos pernoites e plantões, descritos, respectivamente, nos itens 10.7.1 e 10.9.3 deste Termo de Referência, serão compostos por meio de rubricas específicas.

**18.4.** O valor global da proposta deverá incluir o percentual de 40% (quarenta por cento), incidente sobre o valor total dos postos de trabalho, como reserva orçamentária para custeio dos materiais a serem fornecidos e empregados, na forma do item 9.3 deste Termo de Referência.

**18.4.1.** Sobre o valor dos materiais a serem custeados por meio da reserva incidirá taxa de BDI, a ser composta na forma do **Anexo J** deste Termo de Referência, com objetivo de custear as parcelas do preço que não podem ser mensuradas com precisão e incidem indiretamente no fornecimento.

**18.4.1.1.** As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária.

**18.4.1.2.** Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido – CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983, de 2013 (TCU, Súmula 254).

**18.4.1.3.** As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI

correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

**18.4.1.4.** As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.

**18.5.** A elaboração da proposta deverá consignar obrigatória e expressamente o detalhamento de todos os elementos que formarão o preço final do serviço proposto, conforme **Anexo K** deste Termo de Referência.

## **19. DO TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

**19.1.** Nos termos do que dispõe o art. 73 da Lei nº 8.666/93, o recebimento do objeto dar-se-á da seguinte forma:

**19.1.1.** Provisoriamente – mensalmente, a cada fatura, no momento da finalização dos trabalhos com entrega do Relatório Mensal dos Serviços executados em até 5 (cinco) dias úteis.

**19.1.2.** Definitivamente – dentro do prazo de até 10 (dez) dias corridos contados a partir da data de cada recebimento provisório e após comprovação de sua perfeita execução, e do cumprimento das demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**19.2.** Em face do descumprimento das condições e especificações estabelecidas na presente contratação e/ou havendo quaisquer pendências, a Fiscalização convocará a contratada para realizar os serviços necessários, se aplicável ao caso, e o período entre os Recebimentos Provisório e Definitivo não suspenderá a contagem de prazo previsto inicialmente para realização dos serviços.

## **20. DO ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO**

**20.1.** A Secretaria de Estado de Fazenda adotará Acordo de Nível de Serviços – ANS como instrumento para avaliação e controle da qualidade e desempenho dos serviços prestados pela Contratada, segundo os critérios indicados nos itens no **Anexo N**.

**20.2.** A prestação de serviço será monitorada para a avaliação da execução do serviço pela Fiscalização do Contrato.

**20.3.** Caso seja identificado que não foram cumpridas as metas e que critérios não foram atendidos, haverá possibilidade de dedução do valor da remuneração do contrato, sem prejuízo da aplicação de penalidades administrativas.

## **21. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**21.1.** Os pagamentos serão efetuados mensalmente, por meio de crédito em conta corrente do Banco Bradesco S.A., cujo número e agência deverão ser informados até a assinatura do contrato.

**21.2.** O pagamento será efetuado mensalmente, de forma parcelada, e ocorrerá em até 30 (trinta) dias corridos, após a atestação da nota fiscal pela Fiscalização do Contrato.

**21.3.** Para a liberação do pagamento, a Contratada deverá apresentar as seguintes documentações:

**21.3.1.** Nota Fiscal condizente ao objeto contratado;

**21.3.2.** Relatório mensal informando os serviços executados no período, nos moldes do item 8.8.1.1 deste Termo de Referência.

**21.4.** Será realizada reserva orçamentária no montante de 40% (quarenta por cento) do valor total dos postos de trabalho, distribuído

entre os 12 (doze) meses de vigência contratual, para pagamento dos valores relativos ao ressarcimento de materiais, conforme item 9.3 deste Termo de Referência.

**21.4.1.** O ressarcimento dos materiais fornecidos pela Contratada será efetuado junto com o pagamento da prestação de serviço, desde que a Fiscalização do Contratado tenha aprovado a compra do material.

**21.5.** Os pagamentos serão adequados aos resultados efetivamente obtidos, com base no ANS - Acordo de Níveis de Serviço, que tem por finalidade aferir os resultados produzidos na execução do contrato, por meio da verificação da qualidade dos serviços prestados, adequação de prazos, obrigações contratuais, e demais exigências previstas neste Termo de Referência.

**21.5.1.** Os valores relativos aos serviços prestados serão faturados de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Valor de Pagamento} = (\text{VF} - \text{VDP}) \times \text{GL}$$

Sendo:

VF = Valor da Fatura

VDP = Valor dos Descontos Proporcionais

GL = Glosa (valor obtido no Acordo de Níveis de Serviço)

**21.6.** O valor dos descontos proporcionais representará o montante total apurado pela soma dos dias em que houver ausência de funcionário no posto de trabalho e/ou pela apuração da inexecução parcial da jornada de trabalho.

**21.7.** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da Contratada, o prazo de 30 (trinta) dias corridos ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da reapresentação da documentação correta.

## **22. DO REAJUSTE**

**22.1.** O valor do contrato será passível de reajuste, após a anualidade da data da proposta, a fim de compor a variação efetiva do custo do produto no decorrer do contrato, sofrendo a incidência de atualização financeira pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA).

**22.2.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

## **23. DA GARANTIA CONTRATUAL**

**23.1.** A Contratada se obriga a prestar garantia, durante toda a vigência do contrato, de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, devendo apresentar o comprovante à CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da assinatura do Termo de Contrato, em uma das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou título da dívida pública a ser depositada via DARJ;
- b) fiança bancária; ou
- c) seguro-garantia.

**23.2.** A garantia será restituída após o encerramento do contrato, descontados, se for o caso:

- I. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- II. prejuízos diretos causados à Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- III. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada.



IV. obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela Contratada.

**23.3.** Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

**23.4.** Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

**23.5.** Para os contratos que tenham mão de obra residente, a garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação e que, caso esse pagamento não ocorra em até 15 (quinze) dias do encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS.

**23.6.** O levantamento da garantia contratual por parte da Contratada, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

## **24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**24.1.** Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993.

**24.2.** Os quadros abaixo descrevem o grau das penalidades específicas de acordo com as infrações cometidas:

<b>PENALIDADES (GRAU)</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	Multa moratória de 2% (dois por cento) por dia corrido, a incidir sobre o valor da fatura ou da proporcionalidade do valor do contrato, limitado ao período de 10 (dez) dias de descumprimento, o qual ultrapassado será aplicada penalidade em grau imediatamente superior, limitada ao valor constante do art. 412, do Código Civil.
2	Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, aplicada de acordo com a proporcionalidade da infração cometida.

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Não manter preposto responsável para tratar com a Contratante sobre assuntos relacionados à execução do contrato, por dia.	1
2	Não apresentar, quando solicitado, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, por dia de atraso.	1
3	Deixar de apresentar notas fiscais, por ocorrência.	2
4	Deixar de cumprir determinação formal da comissão de fiscalização, por dia de atraso.	1
5	Atraso injustificado do início da prestação dos serviços, por dia.	1
6	Deixar de atender, no prazo estabelecido, a determinação de substituição do objeto em desacordo com as especificações constante neste termo de Referência ou Proposta detalhe, por dia de atraso.	1

7	Deixar apresentar a ART dos serviços a serem prestados no prazo determinado no Termo de Referência, por ocorrência.	2
8	Deixar de apresentar o Plano de Controle de Manutenção (PCM) no prazo determinado no Termo de Referência, por ocorrência.	2
9	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais, por dia.	1
10	Inexecução total ou parcial do contrato, por dia.	1

**24.3.** As penalidades descritas acima são meramente exemplificativas, reservando-se a comissão designada para fiscalização do contrato o direito de verificada a ocorrência de infração, segundo a proporcionalidade e a razoabilidade, utilizar outros critérios para a dosimetria da pena.

**24.4.** As penalidades descritas acima serão aplicadas, sem prejuízo, das demais previstas na Lei nº 8.666/93 e no Contrato.

**24.5.** Nas reincidências específicas, a multa compensatória deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor global do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

**24.6.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar-se-á o direito ao contraditório e ampla defesa.

## **25. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**25.1.** Adotar-se-á como critério de aceitabilidade de preços o do maior preço estimado por item, desclassificando-se as propostas cujos preços o excedam ou sejam manifestadamente inexequíveis.

**25.2.** Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do menor preço global.

**25.3.** Antes de apresentar a proposta, a proponente deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões, que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrega ou alteração de qualidade.

## **26. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**26.1.** Considerando tratar-se de objeto de fácil execução, que favorece a ampla participação empresas, bem como a necessidade da Administração de buscar a segurança jurídica em torno da contratação de modo a assegurar a qualidade dos serviços, não será admitida a subcontratação do todo ou de parte do objeto. De igual modo, registra-se que a subcontratação deve ser adotada unicamente quando necessária para garantir a execução do contrato (Acórdão TCU 2002/2005).

## **27. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

**27.1.** É vedada a participação de empresas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, haja vista que a presente contratação não apresenta dificuldades técnicas que façam com que seja inviável a sua execução por uma única empresa.

## **28. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS**

**28.1.** Não será admitida a participação de empresas constituídas sob a forma de cooperativas, em atenção à Súmula nº 281 do TCU e à Orientação Administrativa PGE nº 08, tendo em vista a essencialidade de que os profissionais para execução do serviço mantenham relação de pessoalidade e subordinação com a contratada.

## **29. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**29.1.** Os recursos necessários à presente contratação correrão à do Programa de Trabalho 04.122.0002.2016, UG 200100 (SEFAZ), Natureza da Despesa 3390.37 e 3390.39, Fonte de Recurso 1.500.100.

### **30. ANEXOS**

**ANEXO A** – Atestado de Visita Técnica

**ANEXO B** –Declaração de Renúncia à Visita Técnica

**ANEXO C** –Declaração de Conhecimento das Condições de Execução do Objeto Contratual

**ANEXO D** – Declaração de Responsabilidade Técnica

**ANEXO E** – Relação de Locais de Execução dos Serviços

**ANEXO F** – Relação Exemplificativa de Materiais

**ANEXO G** – Relação Mínima de Ferramentas e Equipamentos

**ANEXO H** – Rotinas Orientativas de Manutenção

**ANEXO I** – Planilha de Custos e Formação de Preços

**ANEXO J** – Demonstrativo para Composição do BDI

**ANEXO K** – Modelo de Proposta

**ANEXO L** – Modelo de Ordem de Serviço

**ANEXO M** – Modelo de Autorização de Compra de Materiais

**ANEXO N** – Acordo de Níveis de Serviço

**ANEXO O** – Controle de documentação para pagamento

Em 13 de setembro de 2023.

Elaborado por:

**Reinaldo Fernandes Lessa**  
Coordenador de Engenharia e Arquitetura  
Superintendência de Infraestrutura e Patrimônio  
Id. Funcional: 4393553-2

Aprovado por:

**Ronaldo Leite Pacheco Amaral**  
Superintendente de Engenharia e Patrimônio  
Id Funcional: 4366201-3

**ANEXO A**

**ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**

**ATESTO**, para fins do disposto no Termo de Referência referente ao processo de contratação de empresa especializada para prestação manutenção predial preventiva e corretiva, com disponibilização de mão de obra especializada, em regime de dedicação exclusiva, incl ferramentas, equipamentos e materiais necessários para a execução dos serviços, que a Empresa \_\_\_\_\_, inscrita na Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, por intermédio legal, o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o n.º \_\_\_\_\_, visitou, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_, as dependências da Secretaria de Estado de Fazenda e tomou conhecimento dos ambientes onde serão executados o objeto da contratação em epígrafe.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Responsável pela Emissão do atestado - Servidor da Contratante

\_\_\_\_\_  
Assinatura  
(representante da empresa)

## **ANEXO B**

### **DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA**

(Em papel timbrado da empresa)

Ao Pregoeiro(a),

Ref.: Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_

(Nome da empresa), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a).

\_\_\_\_\_, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ expedida pelo(a) \_\_\_\_\_ e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o n.º \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para os efeitos de comprovação, que a empresa optou por não visitar os locais onde serão prestados os serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, estando ciente de todas condições e peculiaridades da contratação, e estar apto à formação da Proposta Comercial dentro do prazo determinado disponibilizadas no Termo de Referência e anexos.

**DECLARA**, adicionalmente, que irá prestar fielmente o objeto da contratação nos termos do Termo de Referência e que está ciente das consequências das manifestações futuras sobre as condições físicas e operacionais, e que não poderá, em momento posterior, alegar a falta de conhecimento das estruturas para justificar eventuais futuros descumprimentos em relação ao Termo de referência ou contrato.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal ou procurador da empresa

## **ANEXO C**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO CON**

(Emitir em papel timbrado da empresa)

Ao Pregoeiro(a),

Ref.: Pregão Eletrônico nº

(nome da empresa), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n.º \_\_\_\_\_, cc  
na \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a).

\_\_\_\_\_, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_  
expedida pelo(a) \_\_\_\_\_ e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob n.º \_\_\_\_\_, **DECLARA** que tomou  
objeto contratual (situação atual e extensão dos serviços), tendo sido esclarecidas todas as dúvidas, considerando-as atendidas e plenam  
elaborar a proposta, nos termos e condições estabelecidas no edital e seus anexos, assumindo a responsabilidade por eventuais problem  
podendo ser alegado desconhecimento das condições de execução contratual como pretexto para eventual inexecução total ou parcial d  
sua implementação ou alterações do objeto contratual.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal ou procurador da empresa

**ANEXO D**

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

**DECLARO** que é (são) responsável(is) técnico(s) pela prestação do serviço objeto do certame em referência, o(s) profissionais(is) abaixo  
essa indicação está em consonância com as normas do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia ou do CAU/BR – Co  
Urbanismo do Brasil.

**Nome:** CREA/CAU nº.

**Especialidade:** Data de Registro:

**Assinatura RT:**

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Representante legal da empresa

(Obs: Emitir em papel timbrado da empresa)

## ANEXO E

**RELAÇÃO DE LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

<b>Unidades de atuação</b>		<b>Endereços</b>	<b>Área total</b>
01	Sede	Av. Presidente Vargas, n.º 670 – Centro, Rio de Janeiro/RJ	15.478,16 m²
02	Corregedoria	Rua Buenos Aires, n.º 68, 4º andar – Centro, Rio de Janeiro/RJ	265 m²
03	AFR Barra da Tijuca	Av. Ayrton Senna, n.º 2001, Bloco C, Sala 58 – Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ	535 m²
04	PFA Capital Oeste	Rua Engenheiro Trindade, n.º 397/A – Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ	345 m²
05	Auditoria Espec. IPVA	Rua Visconde do Rio Branco, n.º 22 – Centro, Rio de Janeiro/RJ (esquina com a Regente Feijó, n.º 7)	559 m²
06	Arquivo Bonsucesso	Rua João Torquato, n.º 284 – Bonsucesso, Rio de Janeiro/RJ	3.500 m²
07	Setor de Almoxarifado	Rua da Constituição, n.º 78 – Centro, Rio de Janeiro/RJ	536 m²
08	Setor de Transportes	Rua Francisco Eugênio, n.º 20 – São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ	440 m²
09	Depósito Méier	Rua Arquias Cordeiro, n.º 254 – Méier, Rio de Janeiro/RJ	1.200 m²
10	Posto Fiscal GIG	Aeroporto Tom Jobim – Ilha do Governador, Rio de Janeiro/RJ	60 m²
11	AFR Itaguaí	Rua Dr. Curvelo Cavalcanti, n.º 164, fundos – Centro, Itaguaí/RJ	346 m²
12	Arquivo Niterói	Rua Washington Luiz, n.º 366 – Centro, Niterói/RJ	6.598 m²
13	AFR Niterói	Rua Marques do Paraná, n.º 191 – Centro, Niterói/RJ	791 m²
14	PFA Nova Iguaçu	Rua Dom Walmor, n.º 383, 3º andar – Centro, Nova Iguaçu/RJ	602 m²
15	AFR Itaperuna	Av. Cardoso Moreira, n.º 294 – Centro, Itaperuna/RJ	596 m²
16	PFA Santo Antônio de Pádua	Rua Florismundo Decnop, n.º 135 – Centro, Santo Antônio de Pádua/RJ	344 m²
17	AFR Campos dos Goytacazes	Av. Alberto Torres, n.º 80 – Centro, Campos dos Goytacazes/RJ	1.545 m²
18	PFA Macaé	Rua Teixeira de Gouveia, n.º 424 – Centro, Macaé/RJ	425 m²
19	PFA São Fidélis	Av. Sete de Setembro, n.º 317, loja 2 – Centro, São Fidélis/RJ	86 m²
20	PCF Morro do Coco	Rod. BR-101, km 45 (antigo Posto Mato Verde) – Travessão, Campos dos Goytacazes/RJ	507 m²
21	AFR Nova Friburgo	Rua Ernesto Brasília, n.º 25 – Centro, Nova Friburgo/RJ	858 m²
22	AFR Petrópolis	Rua Paulo Barbosa, n.º 110, 2º andar – Centro, Petrópolis/RJ	595 m²
23	AFR Teresópolis	Rua José Augusto da Costa, n.º 33 – Várzea, Teresópolis/RJ	454 m²
24	AFR Cabo Frio	Praça Dom Pedro II, n.º 12, loja 1 – Centro, Cabo Frio/RJ	299 m²
25	AFR Barra do Piraí	Rua Paulo de Frontin, n.º 132 – Centro, Barra do Piraí/RJ	240 m²
26	AFR Volta Redonda	Av. Amaral Peixoto, n.º 287 – Centro, Volta Redonda/RJ	237 m²
27	PCF Nhangapi	Rod. Pres. Dutra, km 324, Itatiaia/RJ	2.446 m²
28	PFA Três Rios	Rua Prefeito Joaquim José Ferreira, n.º 81 – Centro, Três Rios/RJ	262 m²

29	PCF Levy Gasparian	Rua Anísio Torres, n.º 1 (Rod.BR040, km 6,5), Comendador Levy Gasparian/RJ	3.500 m²
----	--------------------	---	----------

## ANEXO F

### RELAÇÃO EXEMPLIFICATIVA DE MATERIAIS

INFRAESTRUTURA
Cimento Portland saco de 50kg CPI; CPII; CPIII
Agamassa pronta interior exterior cinza saco de 20kg
Argamassa flexível Cimentcola saco de 20kg
Vara de ferro de 3/8 1/4 e 5/16
Arame queimado
Rejunte flexível saco de 1kg cores diversas
Areia lavada
Brita nº 0 e 1
Clarofilito saco com 18kg
Graute – saco com 20kg
Caixa d’água em polietileno com tampa de 1000/2000 litros
Gesso para estuque – saco com 50kg
Prego com cabeça em ferro galvanizado 17x21 saco com 1kg
Placa em gesso para forro, medida: 60 x 60
Sisal
TUBOS E CONEXÕES
Tubo de PVC 100mm/50mm - esgoto
Tubo de PVC 40mm - esgoto
Tubo de PVC 32/20/25
Conexões em PVC 32/20/25/40/100/50 – joelho/curva/“T”/luva/união
Ralo sifonado em PVC tamanhos variados
Ralo em inox com caixilho com fecho 10/15/20cm
Aneis de borracha 150mm/100mm/75mm/50mm
Buchas de redução soldáveis em PVC diversos tamanhos
Buchas de redução soldáveis em PVC para esgoto diversos tamanhos
Adaptadores solváveis em PVC diversos tamanhos
Joelhos em PVC soldáveis diversos tamanhos
Joelhos em PVC para esgoto em diversos tamanhos
“Tes” em PVC soldáveis diversos tamanhos
“Tes” em PVC para esgoto diversos tamanhos
“Tes” em PVC em ferro galvanizado diversos tamanhos
Curvas em PVC soldável diversos tamanhos
Curvas em PVC para esgoto diversos tamanhos
Cotovelos em ferro galvanizado diversos tamanhos
Junções em PVC para esgoto diversos tamanhos
Luvas em PVC soldáveis diversos tamanhos
Luvas em PVC para esgoto diversos tamanhos
LOUÇAS, METAIS E REPAROS PARA BANHEIROS
Vaso com caixa acoplada standard

Vaso simples standard
Tampo em polipropileno para vaso sanitário standard
Lavatório standard tamanhos variados
Cuba em louça de embutir tamanhos variados
Cuba inox para cozinha tamanhos variados
Torneira de bancada em metal cromado
Torneira de parede em metal cromado
Anel de cera para vaso sanitário
Sifão metálico com copo para lavatório em metal cromado para banheiro/cozinha/tanque
Sifão metálico com copo para lavatório em PVC para banheiro/cozinha/tanque
Sifão sifonado em PVC para banheiro/cozinha/tanque
Rabicho em PVC ½" 20/40/60cm
Parafuso de vaso sanitário
Reparo (temporizador) para mictórios e torneiras
Reparo para descargas de pressão 1 ½" 1 ¼"
Reparo para descargas de pressão 1 ½" 1 ¼"
Reparo para descargas de pressão 1 ½" 1 ¼"
Descarga para vaso sanitário (caixa externa) em PVC
Fita Teflon
Cola para tubo em PVC
<b>CABOS</b>
Cabo flexível antichama 1,5mm/Cabo flexível antichama 2,5mm/Cabo antichama flexível 4,0mm
Cabo flexível antichama 6,0mm/ Cabo flexível antichama 10,0mm/ Cabo antichama 16,0mm
Cabo antichama 35,0mm/ Cabo antichama 70,0mm/disjuntores NEMA diversa potências
Fita isolante antichama / soquete para lâmpada fluorescente tubular antichama medida universal
Tomada 2P + T 20A embutir e sobrepor/caixa plástica 4x2 para tomada de embutir
Interruptor de embutir de 1 seção simples/Interruptor de sobrepor de 1 seção simples
Canaleta para sistema X
<b>TELHAS</b>
Telha ondulada em fibrocimento 6mm 2,44 x 1,10 e 2,44 x .50
Telha galvanizada tipos e tamanhos variados
Telha francesa
<b>BASE PARA CHAVES/FECHADURAS/ MOLAS PARA PORTAS</b>
Base para chave SOPRANO para arquivo nº 1097
Base para chave PADO para cadeado nº 300/397/175/179
Base para chave STAM nº 611/304/302/837
Base para chave PAPAIZ TETRA
Base PAPAIZ para cadeado 142/150
Base para chave LAFONTE nº 16
Base para chave HAGA nº 380/381
Base para chave HELA nº 1010/1012
Dobradiças e fechaduras diversas
Mola de piso para porta de vidro temperado
Molas aéreas para portas em geral
<b>IMPERMEABILIZANTES</b>
Impermeabilizante D3 balde de 18kg
Manta aluminizada para telhado
<b>VIDROS</b>
Vidro liso 4mm
Vidro liso 6mm



Vidro aramado/vidro martelado para basculante
Massa para fixação de vidros
Película jateada
<b>MADEIRAS</b>
Caibro 3x6 com 6m em Argelin, Gonçalves-Avles ou similar
Ripa em Argelin, Gonçalves-Avles ou similar
Placa em compensado cedro/viola de 10/15mm
Placa em compensado naval de 20mm
Portas de madeira medidas: 60/70/80
Portal de madeira com alisar
<b>TINTAS</b>
Tinta acrílica acetinada para paredes diversas cores balde de 18litros
Tinta PVA fosca branca balde de 18litros
Tinta esmalte sintético acetinado para madeiras e metais diversas cores
Massa PVA e Acrílica para paredes
Lixas 50/80/100/120
Trinchas/pinceis/rolo para pintura lã de carneiro

## ANEXO G

### **RELAÇÃO MÍNIMA DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS**

#### **ALMOXARIFE**

- EPIs obrigatórios.

#### **OFICIAL DE MANUTENÇÃO**

- Torno pequeno;
- Chaves Philips comuns;
- Chaves de fenda comuns;
- Furadeira/parafusadeira;
- Esmeril pequeno;
- EPIs obrigatórios.

#### **BOMBEIRO HIDRÁULICO**

- Chave de grifo;
- Alicates de pressão;
- Tarraxas de ¾" e ½", 1", 40mm, 50mm e 75mm;
- Jogo de chave de fenda profissional bitola da haste de ¼ x 100mm, 150mm e 250mm;
- Jogo de chave Philips profissional bitola da haste de ¼ x 100mm, 150mm e 250mm;
- Trena de 5m;
- Furadeira com jogo de brocas (aço e madeira);
- Parafusadeira com bits;
- Nível em alumínio robusto de 03 bolhas e 600mm;
- Maleta que caiba todas as ferramentas;
- Marreta 1 Kg; • Ponteira e talhadeira;
- EPIs obrigatórios.

#### **ELETRICISTA**

- Alicates amperímetro digital, com escala de 20 a 1000 A e pontas de prova;
- Jogo de chave de fenda profissional bitola da haste de ¼ x 100mm, 150mm e 250mm isolado;
- Jogo de chave Philips profissional bitola da haste de ¼ x 100mm, 150mm e 250mm isolado;
- Alicates universal de 8 polegadas, com cabo laranja e isolamento para 1000v;
- Alicates de bico reto, com cabo laranja e isolamento para 1000v;
- Alicates de corte, com cabo laranja e isolante para 1000v;

- Jogo de chave allen;
- Martelo pequeno tipo unha;
- Alicate de corte para chapa;
- Disco de corte para a esmerilhadeira para corte em metais (o disco de corte deverá ser repostado com periodicidade necessária a fim de assegurar o pleno funcionamento do equipamento);
- Tesoura para chapa tipo aviação;
- Arco de serra;
- Parafusadeira com bits;
- Furadeira com jogo de brocas (aço e concreto);
- Trena de 5m;
- Maleta que caiba todas as ferramentas;
- Alicate crimpador de terminais até 10mm²;
- Luxímetros;
- Medidor de temperatura de cabos elétricos digital;
- EPIs obrigatórios.

## **PINTOR**

- Trincha kit com 3 tamanhos diferentes;
- Rolo de lâ com cabo;
- Escada de alumínio dobrável para pintor;
- Desempenadeira lisa de aço;
- Espátula kit com 3 tamanhos diferentes;
- Trena de 5m;
- Maleta de ferro/bolsa que caiba todas as ferramentas;
- Bandeja para pintura;
- EPIs obrigatórios.

## **PEDREIRO**

- Prumo de parede;
- Nível em alumínio robusto de 03 bolhas e 600mm;
- Desempenadeira dentada;
- Colher de pedreiro de 6" a 9" com hastes curvadas e cabo em madeira;
- Martelo de borracha;
- Régua de alumínio 2m;
- Cortador de piso e bancada;
- Serra mármore;
- Disco de corte para a serra mármore para corte em cerâmica, concreto (o disco de corte deverá ser repostado com periodicidade necessária a fim de assegurar o pleno funcionamento do equipamento);
- Desempenadeira de madeira;
- Furadeira com jogo de brocas (aço e concreto);
- Parafusadeira com bits;
- Disco de corte para a esmerilhadeira para corte em metais (o disco de corte deverá ser repostado com periodicidade necessária a fim de assegurar o pleno funcionamento do equipamento);
- Trena de 5m;
- Marteleto com ponteiras;
- Maleta que caiba todas as ferramentas;
- Peneira 55cm para areia;
- Marreta de 1 kg;
- Ponteira e talhadeira;
- EPIs obrigatórios.

## **MARCENEIRO**

- Jogo de chave de fenda profissional bitola da haste de ¼ x 100mm, 150mm e 250mm;
- Jogo de chave Philips profissional bitola da haste de ¼ x 100mm, 150mm e 250mm;
- Alicate de corte de chapa;
- Parafusadeira com bits;
- Furadeira com jogo de brocas (madeira, aço e concreto);
- Traçador de 7 ¼";
- Disco de corte para o traçador para corte em madeira (o disco de corte deverá ser repostado com periodicidade necessária a fim de assegurar o pleno funcionamento do equipamento);
- Jogo de chave de catraca;
- Nível em alumínio em 03 bolhas e 600mm com imã;
- Martelo pequeno tipo unha;
- Martelo grande;
- Arco de serra;
- Serrote pequeno;

- Martelo de borracha;
- Trena de 5m;
- Plaina elétrica;
- Jogo de broca de aço e madeira (1 a 13mm);
- Jogo de brocas chatas;
- Disco de corte para a esmerilhadeira para corte em metais (o disco de corte deverá ser repostado com periodicidade necessária a fim de assegurar o pleno funcionamento do equipamento);
- Maleta que caiba todas as ferramentas;
- Serra copo para madeira (conjunto);
- Alicate rebitador;
- Kit formão com 4 peças: 3/8"; 1/2"; 3/4"; 1";
- EPIs obrigatórios.

### **SERRALHEIRO**

- Máquina de solda;
- Jogo de chave de fenda profissional;
- Jogo de chave de fenda profissional bitola da haste de 1/4 x 100mm, 150mm e 250mm;
- Jogo de chave Philips profissional bitola da haste de 1/4 x 100mm, 150mm e 250mm;
- Arco de serra;
- Tesoura de corte de chapa;
- Sargento médio e grande;
- Alicate universal;
- Nível em alumínio robusto de 03 bolhas e 600mm;
- Trena de 5m;
- Furadeira com kit de brocas (aço e madeira);
- Parafusadeira com bits;
- Disco de corte para a esmerilhadeira para corte em metais (o disco de corte deverá ser repostado com periodicidade necessária a fim de assegurar o pleno funcionamento do equipamento);
- Maleta de ferro que caiba todas as ferramentas;
- EPIs obrigatórios.

### **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

EPIs obrigatórios.

### **GESSEIRO**

- Tesoura de chapa;
- Espátula kit com 3 tamanhos;
- Desempenadeira de aço;
- Serrote de gesso;
- Trena 5m;
- Pistola finca pino à pólvora (com pólvora que deverá ser repostado com periodicidade necessária a fim de assegurar o pleno funcionamento do equipamento);
- Furadeira kit de brocas (aço e concreto);
- Parafusadeira com bits;
- Maleta que caiba todas as ferramentas;
- Alicate universal;
- Raspador de gesso;
- EPIs obrigatórios.

### **OPERADOR DE ROÇADEIRA**

- 02 (duas) Máquinas roçadeiras à gasolina com lâminas e fios. O combustível para o funcionamento da máquina deverá ser fornecido pela empresa Contratada, com consumo previsto de 200 (duzentos) litros mensais.
- EPIs obrigatórios.

## **ANEXO H**

### **ROTINAS ORIENTATIVAS DE MANUTENÇÃO**

# **1. SISTEMA HIDROSSANITÁRIO**

## **1.1 Ramal Predial**

### **Diariamente:**

Verificar o estado de conservação do ramal predial;  
Verificar o estado de conservação e funcionamento dos hidrômetros;  
Verificar o aspecto da água fornecida pela Concessionária Pública.

### **Mensalmente:**

Efetuar a limpeza das válvulas;  
Efetuar a limpeza dos abrigos dos hidrômetros e das válvulas;  
Efetuar a leitura e registro dos hidrômetros.

### **Semestralmente:**

Verificar o estado de funcionamento das válvulas.

## **1.2 Instalações de Copas**

### **Diariamente:**

Verificar do estado de vedação dos registros;  
Verificar a existência de vazamentos nos registros e torneiras.

### **Semanalmente:**

Verificar a existência de entupimentos em ralos e sifões.

### **Mensalmente**

Verificar as juntas e conexões.

### **1.1.3. Sanitários**

#### **Semanalmente:**

Verificar a existência de vazamentos nos sanitários;  
Verificar a existência de entupimentos em vasos sanitários, sifões e ralos;  
Verificar a regulagem das válvulas de descarga dos mictórios e vasos sanitários;  
Verificar o estado de conservação dos metais e louças;  
Verificar a existência de vazamentos nos registros e torneiras.

#### **Trimestralmente:**

Manobrar cada registro hidráulico ao fim do curso, voltando-o à posição original.

### **1.1.4. Bombas de Recalque**

#### **Diariamente:**

Verificar o funcionamento das bombas;  
Verificar a existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos;  
Inspeccionar as válvulas de retenção;  
Inspeccionar o funcionamento das boias superiores; Inspeccionar o funcionamento das boias inferiores.

#### **Semanalmente:**

Inspeccionar os condutores de alimentação do quadro geral das bombas;  
Inspeccionar os contactores de chaves magnéticas de comando das bombas.

#### **Mensalmente:**

Verificar todas as conexões;  
Verificar o alinhamento dos eixos das bombas;  
Medir a folga das luvas de acoplamento;  
Verificar as condições do selo mecânico;  
Verificar a existência de vazamentos nas gaxetas;  
Lubrificar os mancais;  
Medir a resistência de isolamento dos motores;  
Inspeccionar as conexões hidráulicas;  
Medir a tensão de alimentação e corrente dos motores; Inspeccionar os terminais elétricos nas caixas de ligação.

#### **Trimestralmente:**

Manobrar cada registro hidráulico ao fim do curso, voltando-o à posição original.

**Semestralmente:**

Verificar a existência de pontos de ferrugem no equipamento, caso exista, inibir o processo de corrosão, lixando e protegendo com no as partes afetadas;

Verificar o desgaste dos rotores, rolamentos, gaxetas, mancais, válvulas e registros, procedendo as substituições necessárias.

**Eventualmente:**

Substituir componentes danificados nos quadros das bombas;

Montar e instalar quadro para partida de bombas.

### **1.1.5. Rede de Esgoto e Águas Pluviais**

**Semanalmente:**

Inspecionar as instalações de águas pluviais, principalmente o estado de conservação e limpeza dos pontos de captação (ralos, calhas etc.);

Verificar a existência de pontos de vazamento nos tubos de queda de captação de água pluvial (Sempre na época de chuvas).

**Mensalmente:**

Verificar o estado da fixação das tubulações aéreas;

Verificar os pontos de visita;

Verificar as caixas de inspeção e de areia;

Limpar a caixa geral de esgoto;

Verificar as caixas de gordura;

Verificar os bueiros de águas pluviais;

Inspecionar os pontos de captação de águas pluviais;

Inspecionar os pontos de captação de águas pluviais - ralos;

Inspecionar os pontos de captação de águas pluviais - calhas;

Inspecionar os pontos de captação de águas pluviais - telhados;

Inspecionar as instalações primárias e secundárias de esgoto;

Inspecionar as tubulações de ventilação.

**Bimestralmente:**

Esgotar e limpar as caixas de gordura.

**Trimestralmente:**

Efetuar a limpeza e retocar pinturas das tubulações aparentes.

**Eventualmente:**

Substituir tubulações e conexões danificadas.

### **1.1.6. Reservatórios, Barriletes e Tubulação de Recalque**

**Diariamente:**

Verificar a existência de vazamentos;

Verificar o estado de conservação das tubulações e conexões;

Verificar o nível dos reservatórios.

**Semanalmente:**

Inspecionar as tubulações, extravasores e registros;

Inspecionar as tubulações e registros do sistema de proteção contra incêndio.

**Mensalmente:**

Verificar o estado da fixação das tubulações aéreas;

Inspecionar as tubulações imersas;

Inspecionar o estado de conservação do isolamento das tubulações;

Manobrar cada registro hidráulico ao fim do curso, voltando-o à posição original;

Verificar o estado dos reservatórios, principalmente com relação à sua limpeza e estanqueidade.

**Trimestralmente:**

Efetuar a limpeza e retocar pinturas das tubulações aparentes.

Eventualmente:

Substituir tubulações, conexões e registros danificados.

## **1.2. ESTRUTURA PREDIAL E REVESTIMENTOS**

A manutenção nas instalações civis na sede, nas auditorias, nos postos de atendimento e nos postos de controle fiscal compõem a manutenção, conforme previsto neste Termo de Referência, em estruturas, vedações, pavimentações, coberturas, revestimentos impermeabilizações, esquadrias, forros, vidros, divisórias e mobiliário.

**Diariamente:**

Verificar os revestimentos de pisos cerâmicos e azulejos;  
Verificar o revestimento e estado de conservação do passeio externo;  
Verificar os revestimentos de piso com pedra natural;  
Verificar o estado das alvenarias, inclusive dos revestimentos;  
Verificar o estado de conservação dos muros;  
Verificar o revestimento de piso da garagem; Verificar a limpeza da pintura de paredes e teto.

**Mensalmente:**

Inspecionar a estrutura de concreto aparente, principalmente vigas e pilares;  
Inspecionar as áreas impermeabilizadas: laje de cobertura, hall externo de entrada, calha e telhado etc.;  
Inspecionar o estado das construções dos abrigos de instalações e quadros do edifício: abrigos de incêndio, quadros de força etc.;  
Inspecionar a estrutura dos reservatórios superiores e inferiores;  
Inspecionar o estado dos forros.

**Eventualmente**

Substituir, complementar ou reparar os revestimentos de paredes e pisos existentes, constituídos em geral por peças de cerâmica ou natural;  
Realizar pequenas demolições e construções de alvenaria;  
Confeccionar pequenos elementos de concreto;  
Recuperar o perímetro do passeio e limites da área de jardins;  
Realizar reparos nas áreas revestidas com pedras naturais;  
Realizar reparos no telhado.

### **1.3. SERVIÇOS GERAIS**

**Eventualmente:**

Executar pequenos reparos e reforços em mobiliário, desde que não exijam condições técnicas especiais, além das manutenções já executadas nos reparos nas instalações das unidades da Secretaria da Fazenda, tais como:  
Reparos em alvenarias, rebocos, revestimentos e pisos;  
Reparos em pintura, com preparação da base;  
Reparos em forros: sendo os mais empregados os de gesso e de fibra mineral;  
Reparos nas grades e elementos metálicos como corrimãos, guarda-corpos grades externos, dentre outros;  
Reparos no sistema de som ambiente;  
Manutenção em placas de piso elevado (substituição e remanejamento);  
Reparos em esquadrias metálicas, de madeira, ferro ou alumínio;  
Manutenção dos telhados e manutenção das impermeabilizações;  
Manutenção, reparos, montagem/desmontagem de divisórias, portas, fechaduras e afins;  
Reparos em persianas;  
Substituição de vidros das esquadrias.

### **1.4. SISTEMA ELÉTRICO – REDE COMUM E ESTABILIZADA**

#### **1.4.1. Consumo de Energia**

**Diariamente:**

Buscar a melhoria da eficiência energética, gerenciamento e otimização do consumo de energia elétrica.

#### **1.4.2. Eletrodutos, Eletrocalhas, Canaletas e Caixas de Passagem Aparentes**

**Mensalmente:**

Inspecionar os eletrodutos, eletrocalhas, canaletas e caixas de passagem aparentes, principalmente no que tange à sua fixação;  
Inspecionar o estado das capas isolantes, condutores e cabos no interior das eletrocalhas, canaletas e caixas de passagem aparentes;  
Verificar a presença de água ou umidade excessiva no interior dos eletrodutos, eletrocalhas, canaletas e caixas de passagem aparentes.

**Trimestralmente:**

Verificar a existência de pontos de corrosão nos eletrodutos, eletrocalhas, canaletas e caixas de passagem aparentes;  
Verificar a continuidade e o aterramento dos eletrodutos e eletrocalhas metálicas;  
Limpar e retocar a pintura dos eletrodutos, eletrocalhas, canaletas e caixas de passagem aparentes;  
Manutenção das caixas de passagem externas, limpeza, e reposição de brita para drenagem, organização dos cabos.

#### **1.4.3. Iluminação (interna e externa)**

**Semanalmente:**

Inspecionar as luminárias e refletores, principalmente no que tange ao funcionamento das lâmpadas, interruptores e sistemas de acionar

**Trimestralmente:**

Verificar o aterramento das luminárias e refletores; Verificar a fixação das luminárias e refletores.

**Semestralmente**

Limpar lâmpadas, luminárias e refletores; Inspecionar e reapertar bases e soquetes.

**Eventualmente:**

Instalação de pontos de iluminação adicionais;

Substituir as lâmpadas que apresentam tonalidade de cor diferente das demais.

**1.4.4. Tomadas Elétricas (internas e externas)****Diariamente:**

Verificar a existência de anormalidades nas tomadas – aquecimento, ruídos etc.

**Semanalmente:**

Verificar o estado de conservação e fixação de tomadas de parede e de piso, caixas de tomadas e espelhos.

**Mensalmente:**

Reapertar os parafusos de fixação das tomadas e caixas de tomadas;

Verificar o estado de conservação das tomadas, conexões, ligações e condutores.

**Trimestralmente:**

Verificar a existência de pontos de oxidação nas tomadas e caixas de tomadas.

**Eventualmente:**

Instalação de pontos de tomada adicionais;

Verificar a ocorrência de curto-circuito ou corrente de fuga;

Limpar as caixas de tomadas;

Instalação de infraestrutura, dimensionamento e instalação de novos circuitos.

**1.4.5. Iluminação de Emergência****Semanalmente:**

Testar o funcionamento do sistema de iluminação de emergência, por meio do acionamento da central de iluminação de emergência;

Inspecionar as luminárias de emergência, verificando o seu funcionamento, principalmente no que tange às lâmpadas e baterias.

**Mensalmente:**

Verificar a fixação das luminárias de emergência;

Verificar a tensão de alimentação do sistema;

Verificar eventuais fugas de corrente;

Verificar a fixação dos soquetes das lâmpadas das luminárias de emergência.

**Trimestralmente:**

Limpar as luminárias de emergência, lâmpadas e demais equipamentos do sistema;

Verificar o funcionamento do carregador de baterias;

Inspecionar as baterias de alimentação do sistema de iluminação de emergência.

**Bienalmente:**

Substituição das baterias das luminárias.

**Eventualmente:**

Instalar pontos adicionais de iluminação de emergência; Reparo na placa eletrônica.

**1.5. QUADROS GERAIS, QUADROS DE MEDIÇÃO, BANCO DE CAPACITORES, SUBQUADROS E QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO – LUZ, FORÇA, EMERGÊNCIA E ENERGIA ESTABILIZADA****1.5.1. Circuitos****Diariamente:**

Verificar a existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos;

Verificar a existência de disjuntores, fusíveis, contactores, relés, botões liga/desliga etc., danificados ou soltos.

**Mensalmente:**

Medir e registrar a tensão e corrente em todos os circuitos dos quadros e subquadros, à plena carga;  
Verificar e registrar o equilíbrio das fases em todos os quadros e subquadros;  
Inspeccionar os barramentos, terminais e conectores;  
Verificar o sistema de aterramento dos quadros e subquadros;  
Inspeccionar o estado de conservação e funcionamento dos disjuntores, relés, bases de fusíveis, chaves e contactores;  
Verificar a existência e estado de conservação dos identificadores dos quadros, subquadros e circuitos;  
Medir e registrar, na entrada dos quadros gerais, a tensão e corrente.

**Trimestralmente:**

Fazer leitura termográfica de todos os equipamentos dos quadros.

**Semestralmente:**

Verificar o estado geral dos armários dos quadros e subquadros quanto à corrosão, ruídos, vibrações e operação;  
Reapertar os parafusos de fixação dos barramentos, disjuntores e ferragens;  
Testar o sistema (botoeira) para desligamento a distância do disjuntor geral;  
Limpar os armários dos quadros e subquadros e lubrificar as dobradiças;  
Aferir os instrumentos de medição dos painéis dos quadros e subquadros;  
Medir e registrar a resistência de aterramento dos armários dos quadros e subquadros;  
Testar a continuidade dos circuitos.

**Eventualmente:**

Instalação de infraestrutura, dimensionamento e instalação de novos circuitos.

### **1.5.2. Quadros de Distribuição Elétrica**

**Eventualmente:**

Lâmpadas de sinalização;  
Ajuste dos medidores;  
Transformadores de medição de painel;  
Conexões e cabos;  
Abertura e fechamento de armários e portas;  
Medir e registrar correntes de fase do alimentador geral e circuitos derivados;  
Medir e registrar correntes dos respectivos Neutros;  
Controlar desbalanceamento de corrente;  
Medir e registrar tensão de linha e neutro dos circuitos principais e derivados;  
Ajustar dispositivos de comando dos disjuntores;  
Lubrificar articulações dos disjuntores;  
Lubrificar as dobradiças das portas;  
Efetuar limpeza de quadro com estopa embebida em solvente orgânico;  
Inspeccionar câmaras de extinção dos disjuntores;  
Polir contatos dos terminais;  
Reapertar terminais de ligações;  
Analisar calibração dos reles de proteção e efetuar correções necessárias;  
Medir e registrar resistência de aterramento;  
Aferir instrumentos de medição de painel;  
Efetuar reaperto geral;  
Medir e registrar resistência de isolamento de barramentos, cabos e isoladores;  
Efetuar limpeza geral;  
Limpeza de barramentos;  
Fazer aplicação de produto químico;  
Combater a corrosão e retocar pintura do gabinete;  
Comando elétrico para fechamento / abertura dos disjuntores;  
Termografia em barramentos, isoladores e conexões, semestralmente ou sempre que tecnicamente necessário.

## **2. OBSERVAÇÕES GERAIS QUANTO ÀS MANUTENÇÕES**

Os seguintes prazos mínimos e máximos entre duas manutenções de caráter preventivo deverão ser observados:

Manutenções mensais: mínimo de 25 e máximo de 35 dias;

Manutenções trimestrais: mínimo de 80 e máximo de 100 dias; Manutenções semestrais: mínimo de 160 e máximo de 200 dias; Manutenções anuais: mínimo de 335 e máximo de 395 dias.



**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**  
**MODELO PARA CONSOLIDAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**  
(Inserir dados de cada posto de trabalho)

**1. Módulos**

**Mão de Obra**

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	

**Nota 1:** Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

**Nota 2:** A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

**Módulo 1 – Composição da Remuneração**

1	Composição da Remuneração	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Salário-Base		
B	Adicional de Periculosidade		
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Outros (especificar)		
Total			

**Nota 1:** O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 12 meses.

**Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

**Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário		
B	Férias e Adicional de Férias		
Total			

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias.

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

**Nota 3:** Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-

se custo não renovável.

### Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	
C	SAT		
D	SESC ou SESI	1,50%	
E	SENAI - SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
Total			

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

**Nota 3:** Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1.

### Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Assistência Médica e Familiar	
D	Outros (especificar)	
Total		

**Nota 1:** O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**Nota 2:** Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e se atentar ao disposto no [art. 6º](#) da Instrução Normativa nº 05/2017.

### Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
Total		

### Módulo 3 – Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado		
D	Aviso Prévio Trabalhado		
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
<b>Total</b>			

#### Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.

##### Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias		
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais		
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade		
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho		
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade		
F	Substituto na cobertura de outras ausências (especificar)		
<b>Total</b>			

##### Submódulo 4.2 – Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		
<b>Total</b>			

#### Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentual (%)	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		
4.2	Substituto na Intra jornada		
<b>Total</b>			

## Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
Total		

**Nota 1:** Valores mensais por empregado.

**Nota 2:** O módulo 5 não incluirá os custos dos materiais previstos no **Anexo E do Termo de Referência**, devendo se limitar a previsão de custos com uniformes, EPIs, ferramentas e equipamentos e outros comprovadamente relacionados aos custos de mão de obra.

## Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
Total			

**Nota 1:** Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

**Nota 2:** O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

## 2. Quadro-resumo do Custo Por Empregado

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	
Subtotal (A + B + C + D + E)		
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
Valor Total por Empregado		

### Observações:

a) O Licitante deverá informar em que Convenção Coletiva de Trabalho basearam-se os cálculos.

b) O Licitante deverá apresentar uma planilha de custos e formação de preços, contendo o detalhamento dos custos dos **itens 1 e 2** que compõem os preços de **cada posto**.

### 3. Quadro-resumo do Custo Total dos Serviços

#### 3.1. MONTANTE “A”

O total do **MONTANTE “A”** deverá corresponder ao valor total das Planilhas de Custos e Formação de Preços da mão de obra residente, composto pelas seguintes categorias: Encarregado, Auxiliar Administrativo, Almoxarife, Oficial de Manutenção, Bombeiro Hidráulico, Eletricista, Pintor, Pedreiro, Marceneiro, Serralheiro, Auxiliar de Serviços Gerais, Gesseiro e Operador de Roçadeira.

Mão de Obra	Valor Mensal do MONTANTE “A”	Valor Total do MONTANTE “A” (12 meses)
Encarregado (01 profissional)	R\$	R\$
Auxiliar Administrativo (01 profissional)	R\$	R\$
Almoxarife (01 profissional)	R\$	R\$
Oficial de Manutenção (06 profissionais)	R\$	R\$
Bombeiro Hidráulico (04 profissionais)	R\$	R\$
Eletricista – 44h/semanais (04 profissionais)	R\$	R\$
Eletricista – Escala 12x 36 (02 profissionais)	R\$	R\$
Pintor (02 profissionais)	R\$	R\$
Pedreiro (02 profissionais)	R\$	R\$
Marceneiro (01 profissional)	R\$	R\$
Serralheiro (01 profissional)	R\$	R\$
Auxiliar de Serviços Gerais (08 profissionais)	R\$	R\$
Gesseiro (01 profissional)	R\$	R\$
Operador de Roçadeira (01 profissional)	R\$	R\$
VALOR TOTAL – MONTANTE “A”		R\$

#### 3.2. MONTANTE “B”

Descrição	Valor Unitário	Quantidade de Plantões	Valor Total (12 meses)
Plantões	R\$	104	R\$

#### 3.3. MONTANTE “C”

Descrição	Valor Unitário	Quantidade de Diárias	Valor Total (12 meses)
Diárias	R\$	2.940	R\$

#### 3.4. MONTANTE “D”

Descrição	Valor Unitário	Quantidade de Pernoites	Valor Total (12 meses)
Pernoites	R\$	2.940	R\$

### 3.5. MONTANTE “E”

Descrição	Valor do MONTANTE “A”	Fator Multiplicador	Valor Total (12 meses)
Fornecimento de Materiais, correspondente a 40% (quarenta por cento) do MONTANTE “A”	R\$	0,40	R\$

### 4. VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Valor Total da Contratação	Valor Total MONTANTES “A” + “B” + “C” + “D” + “E”
	R\$

## ANEXO J

### DEMONSTRATIVO PARA COMPOSIÇÃO DO BDI

<b>A</b>	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL %
----------	-------------------------

<b>B</b>	DESPESAS FINANCEIRAS %
----------	------------------------

ISS %

C PIS % COFINS %

**TOTAL “C” = %**

<b>D</b>	LUCRO %
----------	---------

### FÓRMULA DE CÁLCULO:

$$BDI = (1 + A) \times (1 + B) \times (1 + D) - 1,00 \times 100$$

$$(1 - C)$$

**CÁLCULO =**

$$BDI = \frac{1,000000}{1,0000} - 1,00 \times 100 = 0,00\%$$

**O VALOR DO BDI ADOTADO PARA O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS É DE:**  
**0,00%**

**ORIENTAÇÕES:**

**A – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL: MÉDIO DE 3,45% (Acórdão n.º 2622/2013 – TCU – Plenário)**

**B – DESPESAS FINANCEIRAS: MÉDIO DE 0,85% (Acórdão n.º 2622/2013 – TCU – Plenário)**

**C – ISS: VALOR DE 5% PARA O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

**PIS:** LUCRO REAL = 1,65% / LUCRO PRESUMIDO = 0,65%

**COFINS: LUCRO REAL = 7,60% / LUCRO PRESUMIDO 3,00%**

**D – LUCRO: MÉDIO DE 5,11% (Acórdão n.º 2622/2013 – TCU – Plenário)**

**VALOR DO BDI ADOTADO É DE:** Valor deverá estar entre 27,88% (lucro real) e 20,04% (lucro presumido).

\* Caso sejam necessárias outras considerações nos campos de composição, deverão ser compensadas todas as diferenças, de modo a obter o mesmo resultado BDI, respeitando os limites de valores informados.

## ANEXO K

## MODELO DE PROPOSTA

<p><u>GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</u></p> <p><b>SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA</b></p> <p><b>PROPOSTA DE PREÇOS</b></p>				<p><b>Licitação por Pregão Eletrônico n.º</b></p> <p><b>Data da Abertura: // às : horas.</b></p> <p><b>Data da Disputa: // às : horas.</b></p> <p><b>Requisição n.º.</b></p> <p><b>Processo n.º.</b></p>			
<p>A firma ao lado mencionada propõe a prestar os serviços ao Estado do Rio de Janeiro, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições Estipuladas constantes do <b><u>Pregão Eletrônico n.º. /.</u></b></p>				<p><b>CARIMBO DA FIRMA</b></p>			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unid	QUANT.	PREÇO COM ICMS (R\$)		PREÇO SEM ICMS (R\$)	
				Mensal	Total	Mensal	Total

1	<p>Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, com disponibilização de mão de obra especializada, em regime de dedicação exclusiva, incluído o fornecimento de ferramentas, equipamentos e materiais necessários para a execução dos serviços, nas unidades de atuação da SEFAZ/RJ.</p> <p><b>PREÇO GLOBAL P/EXTENSO:</b></p>	Mês	12					
<p align="center"><b><u>OBSERVAÇÕES</u></b></p> <p><b>1ª</b> A PROPOSTA DE PREÇOS deverá;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- ser preenchida integralmente por processo mecânico ou eletrônico, sem emendas e rasuras;</li> <li>- conter os preços em algarismos e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais;</li> </ul> <p><b>2ª</b> O Proponente se obrigará, mediante o envio da PROPOSTA DE PREÇOS, a cumprir os termos nela contidos.</p> <p><b>3ª</b> A PROPOSTA DE PREÇOS deverá ser devolvida na forma expressa no <u>Item do Edital</u>.</p> <p><b>4ª</b> A licitação mediante PREGÃO poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.</p>				<p><b>Prazo de Execução do Contrato:</b> <u>12 (doze) meses.</u></p> <p><b>Validade da Proposta:</b> <u>60 (sessenta) dias.</u></p> <p><b>Local de Execução:</b> <u>Conforme Anexo E do Termo de Referência.</u></p> <p><b>Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente.</b></p> <p>Em, ____ / ____ / ____</p> <p align="center">_____ Firma Proponente</p>				
<p><u>GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</u></p> <p><b>SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA</b></p> <p align="center"><b>PROPOSTA DE PREÇOS</b></p>				<p><b>Licitação por</b> <u>Pregão Eletrônico n.º</u></p> <p><b>Data da Abertura:</b> // <u>às : horas.</u></p> <p><b>Data da Disputa:</b> // <u>às : horas.</u></p> <p><b>Requisição n.º.</b></p> <p><b>Processo n.º.</b></p>				
	<p><b><u>DADOS BANCÁRIOS / LICITANTE:</u></b></p> <p>Banco (Nome/Número):</p> <p>Ag. (Nome/Número):</p> <p>Conta Corrente n.º.:</p> <p>Telefone/Licitante n.º.:</p> <p>E-mail/Licitante:</p> <p>Contato/Licitante:</p>							



<b>INFORMAÇÕES PARA FATURAMENTO:</b>  <b>PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - FUNPERJ</b>  <b>CNPJ:</b> 42.498.675/0001-52 <b>INSC. ESTADUAL:</b> ISENT0 <b>END.:</b> AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, Nº 670 – CENTRO – RJ - CEP 20071-001.	
Data ____/____/____	_____ Proponente - Assinatura responsável

**ANEXO L**  
**MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO**

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº:	Unidade requisitante:
Data de emissão: / /	Serviço:
	Processo nº:

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA			
Razão social:		CNPJ:	
Endereço:			
	Telefone:	Fax:	E-mail

DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO					
	Objeto	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
Total					

LOCAL DE EXECUÇÃO

DEMAIS DETALHAMENTOS
----------------------

--

RECURSOS FINANCEIROS	
Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta <b>Ordem de Serviço</b> serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:	
<b>Unidade Orçamentária:</b>	
<b>Função Programática:</b>	
<b>Projeto de Atividade:</b>	
<b>Elemento de Despesa:</b>	
<b>Fonte de Recurso:</b>	
<b>Saldo Orçamentário:</b>	

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	
Local, data	Local, data

**ANEXO M**

**MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRA DE MATERIAIS**

Empresa: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_  
Processo: \_\_\_\_\_  
Contrato: \_\_\_\_\_.

Prezado Sr.,

Autorizo a compra de materiais, pelo menor valor ofertado, conforme orçamentos abaixo discriminados.

Descrição dos materiais:

ORÇAMENTOS	DESCRIÇÃO	TOTAL
1º	Orçamento n.º _____ Data: ____/____/____ Empresa: _____	R\$ _____
2º	Orçamento n.º _____ Data: ____/____/____ Empresa: _____	R\$ _____
3º	Orçamento n.º _____ Data: ____/____/____ Empresa: _____	R\$ _____

Em caso de dúvida, entrar em contato pelo telefone: \_\_\_\_\_

Prazo para conclusão do ato:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Atenciosamente,

## ANEXO N

**ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO**

O preço a ser estabelecido em contrato para a realização dos serviços objeto deste Termo de Referência se refere à sua execução com os níveis mínimos de qualidade exigidos. Portanto, a execução que não atinja qualitativamente os objetivos contratados implicará pagamento proporcional.

**1. FORMULÁRIO DE RELAÇÃO DE FALHAS DIÁRIAS**

Os serviços objeto deste Termo de Referência serão constantemente avaliados pela Contratante, que registrará as falhas no formulário denominado RELAÇÃO DE FALHAS DIÁRIAS.

**1.1. Instruções para o preenchimento do formulário de RELAÇÃO DE FALHAS DIÁRIAS:**

- 1.1.1. Diante da ocorrência de falhas na execução dos serviços, a Fiscalização do Contrato preencherá, no campo devido do formulário, a data da ocorrência e descrição do fato ocorrido.
- 1.1.2. Durante todo o período/mês de execução dos serviços, as falhas identificadas serão inseridas no formulário de RELAÇÃO DE FALHAS DIÁRIAS. Ao final do período de execução dos serviços, todas as ocorrências (por tipo de falha) serão somadas na linha TOTAL.

**2. TABELA DE FALHAS E EFEITOS REMUNERATÓRIOS (FATOR DE ACEITAÇÃO)**

O CONTRATANTE promoverá o registro do total de cada tipo de falha na TABELA DE FALHAS E EFEITOS REMUNERATÓRIOS, de modo a auferir o percentual de aceitação dos serviços, que deverá ser aplicado ao preço contratual.

**2.1. Instruções para aplicação da TABELA DE FALHAS E EFEITOS REMUNERATÓRIOS**

2.1.2 Proceder-se-á ao registro do TOTAL de cada um dos tipos de falhas na linha TOTAL DE OCORRÊNCIAS. A seguir, desconhecendo-se o quantitativo de tolerâncias previstas/admitidas, obtendo-se o valor referente ao EXCESSO DE FALHAS (por tipo de falha).

2.1.3. Posteriormente, o número correspondente ao excesso de falhas será multiplicado pelo PESO DA FALHA indicado em cada linha, obtendo-se assim, o número corrigido por tipo de apontamento (falha). Os números atribuídos como PESO foram estabelecidos com base nas falhas de nível baixo (6), nível médio (8) e nível alto (10).

2.1.4. Ao final será somada toda a linha com os números corrigidos, obtendo-se um número final chamado de FATOR DE ACEITAÇÃO.

**FORMULÁRIO DE RELAÇÃO DE FALHAS A SER UTILIZADA COM MENSURAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

SERVIÇO:

MÊS/ANO DA VERIFICAÇÃO: \_\_\_\_ / \_\_\_\_

RELAÇÃO DE FALHAS DIÁRIAS	
FALHA 1	Deixar que funcionário se apresente sem uniforme, com uniforme incompleto, com uniforme excessivamente danificado ou sem de utilização de crachá com fotografia recente.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pela Fiscalização do contrato.
OBSERVAÇÃO: No caso de serviços executados por mais de um funcionário, a quantidade de falhas registradas corresponderá ao número de funcionários registrados nessas condições no mesmo período.	
Total de Ocorrências:	
Data da Ocorrência	Descrição


<b>FALHA 2</b>	Falhas na execução dos serviços, que importem em retrabalho e/ou algum prejuízo para a Contratante.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pela Fiscalização do contrato.
OBSERVAÇÃO: Os registros serão individuais, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data.	
Total de Ocorrências:	
Data da Ocorrência	Descrição

<b>FALHA 3</b>	Deixar as instalações desorganizadas, não realizar o estocamento correto e em local apropriado dos materiais e das ferramentas utilizadas.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pela Fiscalização do contrato.
OBSERVAÇÃO: Os registros serão individuais, ou seja, a cada ambiente em desacordo e a cada dia em que for verificado o fato, corresponderá uma falha, podendo ocorrer o registro de várias falhas no mesmo período.	
Total de Ocorrências:	
Data da Ocorrência	Descrição

<b>FALHA 4</b>	Deixar de cumprir as ações preventivas de acordo com os períodos estabelecidos no Plano de Controle de Manutenção (PCM).
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pela comissão de acompanhamento e fiscalização do contrato.
OBSERVAÇÃO: Os registros serão individuais, podendo ocorrer o registro de várias falhas no mesmo período.	
Total de Ocorrências:	
Data da Ocorrência	Descrição

<b>FALHA 5</b>	Deixar de atender prontamente às Ordens de Serviço.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pela comissão de acompanhamento e fiscalização do contrato.
OBSERVAÇÃO: Os registros serão individuais, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data.	
Total de Ocorrências:	
Data da Ocorrência	Descrição

<b>FALHA 6</b>	Falta de atenção, urbanidade e cordialidade no trato com os
	servidores e usuários.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pela comissão de acompanhamento e fiscalização do contrato.
OBSERVAÇÃO: Os registros serão individuais, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data.	
Total de Ocorrências:	
Data da Ocorrência	Descrição

<b>FALHA 7</b>	Não fiscalizar a utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI) aos empregados em serviço, quando necessário.
<b>AFERIÇÃO</b>	Condicional à verificação pela Fiscalização do contrato.
OBSERVAÇÃO: Os registros serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma falha, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data. No caso de serviços executados por mais de um funcionário, a quantidade de falhas registradas corresponderá ao número de funcionários que nela incorrerem no mesmo serviço.	
Total de Ocorrências:	
Data da Ocorrência	Descrição

a) Será preenchido cada um dos itens de avaliação de falhas, totalizando as ocorrências no mês de referência indicando sinteticamente o fato gerador na tabela existente em cada item.

b) Fator percentual de recebimento e remuneração dos serviços:

i. Diante dos dados/ocorrências constantes na **RELAÇÃO DE FALHAS DIÁRIAS**, o **CONTRATANTE** promoverá a tabulação dos conforme tabela de falhas e Efeitos Remuneratórios, de modo a identificar o percentual de aceitação dos serviços, que deverá ser a preço contratual.

c) Tabela de falhas e efeitos remuneratórios (Fator de aceitação)

Falha	1	2	3	4	5	6	7	Total
Total de ocorrências								
Tolerância (-)	2	2	2	2	2	2	2	
Excesso Falhas (=)								

Peso (X)	6	8	8	6	10	8	6	
Número corrigido (=)								

**EFEITOS REMUNERATÓRIOS** relativos à prestação de serviços:

Faixa 01 – Fator de Aceitação de 01 a 25: 95% de avaliação dos serviços

Faixa 02 – Fator de Aceitação de 26 a 50: 90% de avaliação dos serviços

Faixa 03 – Fator de Aceitação de 51 a 75: 85% de avaliação dos serviços

Faixa 04 – Fator de Aceitação de 76 a 100: 80% de avaliação dos serviços, sujeito a penalização conforme contrato.

## ANEXO O

### CONTROLE DE DOCUMENTAÇÃO PARA PAGAMENTO

Contrato nº:	Processo nº	Processo mãe nº
Data de início:	Data término:	Vigência:
Contratada:	Contato:	
Serviços Prestados:	Valor total do contrato R\$	
Nº de funcionários:	Período de Execução do Serviço: de ___/___/___ à ___/___/___	
Nota Fiscal nº:	Valor Bruto Devido:	Valor Bruto Contratado:
Mês de referência:	Saldo Restante do Contrato:	

ORD.	ITENS	SIM	NÃO	Não se aplica
1	Solicitação de Pagamento			
2	Nota de Empenho			
3	Nota Fiscal			
4	Declaração de Quitação de VT e VR			
5	Declaração Optante pelo Simples Nacional <i>Assinada pelo representante legal com data do mês de referência</i>			
6	Certidão de Débitos Trabalhistas (CNDT)			
7	GPS (INSS)			
8	GRF (FGTS)			
9	DARF - 0561			
10	Planilha – Controle Mensal de Funcionários			
11	Protocolo de envio de arquivo – conectividade social			
12	Relação de Trabalhadores constantes no arquivo SEFIP			
13	Relatório GFIP			
14	Folha de Pagamento mês anterior			
15	Contracheques do mês anterior			
16	Folha de Ponto			
17	Certidão FGTS-CRF			
18	Certidão PGNF – Fazenda Nacional			
19	Certidão Negativa de INSS			
20	Certidão de Regularidade Fiscal – SEFAZ			
21	Certidão Negativa de Débito em Dívida Ativa – PGE			
22	Certidão Negativa de Dívida Ativa – PGM			
23	Relatório de Manutenção Preventiva			
RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO – Deve conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências relacionadas à documentação acima, em especial as que acarretam retenção no pagamento (fazer referência ao número do item acima):				
Nota da ANS:				
NOME DO FISCAL:		MATRÍCULA:		
ASSINATURA DO FISCAL:			DATA:	

Controle Mensal de Funcionários Terceirizados

Empresa:						CNPJ:		Contato:		
Processo nº		Contrato nº				Vigência:		Competência:		
Objeto:							Quantidade de colaboradores:			
Nº	Ident. Funcionário	Função	Dias Trabalhados	Férias	Licença	Faltas	Folha de Ponto	VR	VT	Ocorrências
1										
2										
3										
4										
5										
6										

7										
8										
9										
10										
11										
12										
13										
14										
15										
16										

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Preposto

Nota do ANS: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Fiscal do Contrato

[1] JUSTEN FILHO, MARÇAL. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16. ed. rev. atual. ampl. Revista dos Tribunais, 2014, p. 366.

Rio de Janeiro, 14 setembro de 2023




Documento assinado eletronicamente por **Reinaldo Fernandes Lessa, Coordenador**, em 14/09/2023, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Leite Pacheco Amaral, Superintendente**, em 14/09/2023, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **59642054** e o código CRC **7C85C3F1**.

 <p align="center"><b>ANEXO II</b></p> <p align="center">SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL</p> <p align="center"><b>PROPOSTA DETALHE</b></p>	Licitação por <b>PREGÃO SEFAZ-RJ Nº XXX/2023</b>
	A Realizar-se em: 13/11/2023 às 11h00min
	Requisição nº <b>PES 0046/2023 e PES 0047/2023</b>
	Processo nº <b>SEI-040178/000130/2021</b>
A firma ao lado mencionada propõe fornecer ao Estado do Rio de Janeiro, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente as condições estipuladas constante do <b>EDITAL nº 006/2023</b>	
<p align="center">CARIMBO DA FIRMA</p>	

UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO/DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANTIDADE	PREÇO COM ICMS (R\$) Incluindo parcela à 40% relativa ao ressarcimento de materiais				PREÇO COM ICMS (R\$) Incluindo parcela à 40% relativa ao ressarcimento de materiais			
			Valor mensal	PARC. 40%	Valor total	Valor anual	Valor mensal	PARC. 40%	Valor total	Valor anual
	Serviço de manutenção predial, com fornecimento de mão de obra especializada, ferramentas e materiais  Código do Item: 0326.001.0022 ID – 170914	01								
<b>VALOR TOTAL: R\$</b>										
<b>VALOR TOTAL POR EXTENSO:</b>										

<p align="center"><b>OBSERVAÇÕES:</b></p> <p>1ª A PROPOSTA DE PREÇOS deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- ser enviada, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sem emendas e rasuras;</li> <li>- conter preços em algarismos e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais;</li> </ul> <p>2ª O Proponente se obrigará, mediante o envio da PROPOSTA DE PREÇOS, a cumprir os termos nela contidos;</p> <p>3ª A PROPOSTA DE PREÇOS deverá ser devolvida até a hora e data marcadas</p> <p>4ª A licitação mediante PROPOSTA DE PREÇOS poderá ser anulada no todo ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.</p>	<p>Prazo de Execução: Conforme Termo de Referência (Anexo I).</p> <p>Validade da Proposta-Detalhe: 60 (sessenta) dias.</p> <p>Local de Entrega: Conforme Termo de Referência (Anexo I)</p> <p>Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente.</p> <p align="center">Em ____/____/2023</p>
	<p>Firma Proponente</p>
<p>Data ____/____/2023</p> <p>Firma Proponente - assinatura responsável</p>	



**ANEXO II****SERVIÇO PÚBLICO  
ESTADUAL****PROPOSTA DETALHE**Licitação por **PREGÃO SEFAZ-RJ Nº XXX/2023**

A Realizar-se em: 13/11/2023 às 11h00min

Requisição nº **PES 0046/2023 e PES 0047/2023**Processo nº **SEI-040178/000130/2021****OBSERVAÇÕES:**

**1) O licitante deverá encaminhar juntamente com a proposta detalhe, planilha de composição de custos, discriminando os valores referentes aos serviços, conforme especificado no Termo de Referência (Anexo I).**

**2) É obrigatório a informação da marca oferecida;**

**3) Deverão preencher as colunas “Preço com ICMS” e “Preço sem ICMS”, unitário e total, apenas os fornecedores sujeito ao Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016. Os demais fornecedores preencherão apenas a coluna Preço com ICMS, Unitário e Total.**

**4) Para fornecedores sujeitos ao Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, o valor por extenso deverá ser o UNITÁRIO TOTAL, da coluna Preço sem “ICMS”.**

**DADOS BANCÁRIOS/LICITANTE****BANCO BRADESCO S/A:****CONTA CORRENTE Nº:****AGÊNCIA:****INFORMAÇÃO PARA  
FATURAMENTO: SECRETARIA DE  
ESTADO DE FAZENDA****CNPJ: 42.498.675/0001-52 INSC.:****ESTADUAL: ISENTO****END: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS  
670 – 11º ANDAR - RIO DE JANEIRO/RJ  
CEP 20071-001**

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 2023

\_\_\_\_\_  
Firma Proponente – assinatura responsável



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

### ANEXO III

CONTRATO Nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL  
PREVENTIVA E CORRETIVA, COM  
DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA  
ESPECIALIZADA, EM REGIME DE  
DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, INCLUÍDO O  
FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS,  
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS  
NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS  
SERVIÇOS PARA ATENDER ÀS  
NECESSIDADES DA SECRETARIA DE  
ESTADO DE FAZENDA, CELEBRADO  
ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE  
FAZENDA E A EMPRESA**

\_\_\_\_\_.

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, neste ato representado pelo pela SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA– SEFAZ, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o número 42.498.675/0001- 52, com sede na Avenida Presidente Vargas, nº 670, Centro, Rio de Janeiro / RJ, torna público que, **devidamente autorizado pelo Ordenador de Despesas SÉRGIO HENRIQUE JONAS FOGAÇA, ID. Funcional n. 5137198-7, inscrito no CPF sob o n. 032.793.871-40, ora denominado autoridade competente, designado através da Resolução-SEFAZ n. 529 de 6 de junho de 2023,** e a empresa\_\_situada na Rua\_\_\_\_\_, Bairro\_\_\_\_\_, Cidade

Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

\_\_\_\_\_ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº\_\_\_\_\_, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por\_\_\_\_\_, cédula de identidade nº\_\_\_\_\_, domiciliada na Rua\_\_\_\_\_, Cidade\_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, INCLUÍDO O FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**, com fundamento no processo administrativo eletrônico nº **SEI-040178/000130/2021**, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos n.º 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO**

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de **MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, INCLUÍDO O FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O objeto será executado segundo o regime de **Execução híbrido de Empreitada por Preço Global e de Empreitada por Preço Unitário**, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, alínea “a” e “b” da Lei Federal nº 8.666/1993.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO**

O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir de dd/mm/aaaa, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da CONTRATADA seja mais vantajosa para o CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato;**
- b) fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;**
- c) exercer a fiscalização do contrato;**
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato;**
- e) Adotar todas as providências necessária para possibilitar a execução do objeto contratual;**
- f) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, conforme o Decreto Estadual n.º 45.600/2016 e a Resolução SEFAZ n.º 401, de 24 de junho de 2022;**
- g) Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, observando a aplicação do Acordo de Nível de Serviços estipulado no Termo de Referência;**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

- h) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta detalhe, para fins de aceitação e recebimento definitivo;**
- i) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da contratação;**
- j) Rejeitar, no todo ou em parte, materiais em desacordo com este Termo de Referência;**
- k) Documentar e notificar, por escrito, à Contratada, ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou regularização;**
- l) Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS, nos contratos que tenha mão de obra residente;**
- m) Permitir livre acesso às instalações aos empregados da Contratada em serviço, devidamente uniformizados;**
- n) Verificar a manutenção das condições de habilitação estabelecidas durante toda a execução contratual;**
- o) Proporcionar os meios e condições necessárias à segurança e à higiene dos empregados da Contratada, designados para a execução dos serviços;**
- p) Fiscalizar o cumprimento das práticas de sustentabilidade na execução dos seus serviços, nos termos do item 11 do Termo de Referência;**
- q) Facilitar o exercício das funções da Contratada, dando-lhe acesso às instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os servidores da Contratante e cumprindo suas obrigações estabelecidas no Termo de Referência e no Contrato.**

#### **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- 1) Conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- 2) Prestar o serviço no endereço constante da Proposta Detalhe;



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

- 3) Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- 4) Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- 5) Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- 6) Responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- 7) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- 8) Observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;
- 9) Elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- 10) Manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;
- 11) Manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- 12) Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava (DA RESPONSABILIDADE);
- 13) Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros.
- 14) Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93,



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

da Lei Federal nº 8.213/91;

15) Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I - Até 200 empregados..... 2%;
- II - De 201 a 500..... 3%;
- III - de 501 a 1.000..... 4%;
- IV - De 1.001 em diante..... 5%.

16) Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública;

**17) Registrar e apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato a devida Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica pelos serviços objeto das presentes especificações, em nome do(s) responsável (is) técnico(s) indicado(s) em sua habilitação técnica, conforme determina o art. 1 da Lei n.º 6.496/197715, o art. 28 da Resolução n.º 1.025/2009 do CONFEA, o art. 45 da Lei n.º 12.378/2010 e o art. 1º da Resolução n.º do CAU/BR;**

**18) A Contratada deverá emitir, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato, declaração de responsabilidade técnica, que deverá ser assinada pela responsável técnico pela prestação do serviço;**

**19) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;**

**20) Disponibilizar profissionais qualificados e capacitados para a prestação dos serviços;**

**21) Manter seus funcionários residentes a disposição nas dependências dos imóveis da Contratante;**

**22) Fiscalizar seus subordinados verificando se estão executando a contento suas tarefas;**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

- 23) Manter a ordem e a disciplina do pessoal sob sua responsabilidade;**
- 24) Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Contratante;**
- 25) Tomar as providências necessárias quantos a falhas apontadas pela Contratante;**
- 26) Atender para que não falem materiais, ferramentas e equipamentos necessários para o regular serviço de manutenção predial preventiva e corretiva nas unidades de atuação da Contratante;**
- 27) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela equipe de fiscalização do contrato, os materiais utilizados e/ou os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;**
- 28) Fazer cumprir normas, instruções e rotinas da Administração de cada imóvel da Contratante;**
- 29) Cuidar para que os funcionários se apresentem a Contratante identificados por meio de crachá e uniformizados, bem como provê-los com os EPI's necessários, quando for o caso;**
- 30) Cuidar para que os funcionários não falem em voz alta nas dependências da Contratante, não transportem volumes para o interior ou exterior das dependências da Contratante, não solicitados pela Contratante, não façam uso de bebidas alcoólicas no horário de trabalho, não organizem jogos ou vendam produtos de qualquer espécie, e não abram móveis ou documentos sem autorização da Contratante;**
- 31) Apresentar a relação dos empregados que executarão os serviços contratados, contendo todos os dados necessários à sua correta identificação, devendo a relação ser apresentada a cada novo empregado que se vincule à prestação dos serviços objeto do contrato;**
- 32) Responsabilizar-se pelo registro de frequência dos profissionais que executarão os serviços, exercendo fiscalização diária sobre os registros de ponto;**
- 33) Reconhecer a Contratante o direito de exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto que não lhe mereça confiança ou venha a se comportar de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem atribuídas;**
- 34) Remunerar, no mínimo, cada funcionário pelo piso salarial estabelecido pela categoria e cumprir todos os acordos firmados pela entidade de classe;**





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

- 35) Submeter previamente ao setor responsável, qualquer substituição, transferência interna ou contratação de pessoal, mantendo a lista de profissionais, com a respectiva qualificação, atualizada;**
- 36) Assumir os riscos inerentes à execução destes serviços, responsabilizando-se também pela idoneidade moral de seus empregados, prepostos ou subordinados, bem como pelo comportamento nos locais de serviços, sendo que quaisquer prejuízos que esses causem aos bens e serviços da Contratante deverão ser ressarcidos, se materiais, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar do ato administrativo que determinar seu valor;**
- 37) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;**
- 38) Reconhecer expressamente que nos preços oferecidos estarão incluídas todas as despesas, tributos, lucros ou quaisquer outros encargos, inclusive os de natureza trabalhista e de transporte de funcionários, que onerem ou venham onerar a execução dos serviços;**
- 39) Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento pela Contratante;**
- 40) Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do FGTS e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados vinculados à execução do contrato;**
- 41) Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previstos no Termo de Referência, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, demissão de empregados etc.;**
- 42) Substituir os funcionários por qualquer ausência (férias, licença etc.), de imediato, comunicando ao setor responsável da Contratante;**
- 43) Executar todos os serviços conforme especificados e dentro dos prazos estabelecidos;**
- 44) Arcar com todos os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de eventos**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos inciso da alínea “d”, do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93;

45) Orientar seus funcionários à adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos seus serviços, nos termos do item 11 do Termo de Referência;

46) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, no que concerne aos serviços ora contratados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

47) Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

48) Possuir conta corrente no Banco Bradesco S/A, informando número e agência, antes do ato de assinatura do contrato, para fins de realização dos pagamentos mensais;

49) Relatar à Contratante, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

50) Manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

51) Comunicar à Contratante, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer providência contratual, para a adoção das providências cabíveis;

52) Manter pessoal capacitado para atender suas obrigações contratuais, bem como disponibilizar números de telefones que atendam, 24 (vinte e quatro) horas por dia, para quando se fizer necessário;

53) Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades, ou se causado por seus prepostos, à Contratante ou a terceiros;

54) Comunicar imediatamente à Contratante sobre qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros dados necessários para o recebimento de correspondências;



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

- 55) Substituir empregado com rendimento insatisfatório ou que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições após solicitação da Contratante;
- 56) Manter, durante toda a execução contratual, em perfeito estado de funcionamento, todas as ferramentas e os equipamentos essenciais para a prestação dos serviços, efetuando o abastecimento, quando necessário, a manutenção periódica e/ou a substituição de imediato daqueles que sofreram danos;
- 57) Fornecer sistema de gerenciamento de ordens de serviços, que viabilize a criação, o registro, o envio e o armazenamento de ordens de serviço, o levantamento de ordens de serviços pendentes e concluídas, a programação das atividades e o controle das operações;
- 58) Fornecer sistema de comunicação eficiente para viabilizar a comunicação entre todos os seus empregados durante a realização dos serviços, em especial com o uso de rádio ou celular, bem como disponibilizar à Contratante uma Central de Chamados que deverá funcionar ininterruptamente;
- 59) Manter atualizados seu endereço, e-mail, telefones e dados bancários; e
- 60) Cumprir as demais obrigações contidas no Termo de Referência

#### **CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2023, assim classificados:

**NATUREZA DAS DESPESAS: 3390.30 e 3390.39**

**FONTE DE RECURSO: 1.500.100**

**PROGRAMA DE TRABALHO: 04.122.0002.2016**

**NOTA DE EMPENHO:**

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

## **CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO**

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

## **CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante(s) do CONTRATANTE especialmente designado(s) pela **Superintendência de Compras e Contratos**, conforme ato de nomeação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) **Provisoriamente – mensalmente, a cada fatura, no momento da finalização dos trabalhos com entrega do Relatório Mensal dos Serviços executados em até 5 (cinco) dias úteis; e**
- b) **Definitivamente – dentro do prazo de até 10 (dez) dias corridos contados a partir da data de cada recebimento provisório e após comprovação de sua perfeita execução, e do cumprimento das demais condições estabelecidas no Termo de Referência.**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotar em registro próprio as ocorrências relativas execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a **alínea 15**, da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE**

A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova que:

- a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas ou retiradas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
- b) está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;
- c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e
- d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A ausência da apresentação dos documentos mencionados no PARÁGRAFO SEGUNDO e TERCEIRO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

**PARÁGRAFO SEXTO** – No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

#### **CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), em 12 (doze) parcelas, após a atestação da nota fiscal pela Fiscalização do contrato no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), cada uma delas sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente na conta corrente nº\_\_\_\_, agência\_\_\_\_, de titularidade da CONTRATADA, junto à instituição financeira contratada pelo Estado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento à **Coordenadoria de Gestão de Contratos – COOGESC, situada na Avenida Presidente Vargas, nº 670, 11º andar – Centro, Rio de Janeiro/RJ**, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS e relatório mensal informando os serviços executados no período, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo segundo da cláusula oitava, todos relativos a mão de obra empregada no contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

**PARÁGRAFO SEXTO** – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Os pagamentos serão adequados aos resultados efetivamente obtidos, com base no ANS - Acordo de Níveis de Serviço, que tem por finalidade aferir os resultados produzidos na execução do contrato, por meio da verificação da qualidade dos serviços prestados, adequação de prazos, obrigações contratuais, e demais exigências previstas no Termo de Referência.





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

**PARÁGRAFO OITAVO - Para pagamento dos valores relativos ao ressarcimento de peças, nos moldes previstos no Termo de Referência, deverá ser realizada uma reserva orçamentária no montante de 40% (quarenta por cento) do valor total dos postos de trabalho, distribuído entre os 12 (doze) meses de vigência contratual.**

**PARÁGRAFO NONO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo INPC (ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR) e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.**

**PARÁGRAFO DÉCIMO – Tratando-se de mão de obra alocada exclusivamente no contrato, decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento a que essa proposta se referir, assim entendido o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta de licitação, poderá a CONTRATADA fazer jus ao reajuste do valor contratual referente aos custos decorrentes de mão de obra, se estes estiverem vinculados às datas-bases dos referidos instrumentos, aplicando-se o índice que tiver sido homologado, quando for o caso, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.**

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.**

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Os reajustes serão precedidos de requerimento da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o reajuste.**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio.**

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Na ausência de lei federal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, o reajuste contratual poderá derivar de lei estadual que fixe novo piso salarial para a categoria, nos moldes da Lei Complementar nº 103/2000.**

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - O preço dos demais insumos poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, de acordo com IPCA (ÍNDICE NACIONAL DE PREÇO AO CONSUMIDOR AMPLO), que deverá retratar a variação efetiva dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.**

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - As partes convencionam que o prazo decadencial para o contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na unidade protocoladora do órgão contratante, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.**

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – A CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.**

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea 15, da cláusula quarta,**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

**suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA**

A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de **5% (cinco por cento)** do valor do contrato, a ser prestado em qualquer modalidade prevista pelo art. 56, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória. A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, **no prazo de 48 (quarenta e oito) horas**, para que seja mantido o percentual de **5% (cinco por cento)** do valor do contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, sob pena de rescisão administrativa do contrato.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

**PARÁGRAFO QUARTO:** O levantamento da garantia contratual por parte da CONTRATADA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

**PARÁGRAFO SEXTO:** O CONTRATANTE poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Para os contratos que tenham mão de obra residente, a garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação e que, caso esse pagamento não ocorra em até 15 (quinze) dias do encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS.

**PARÁGRAFO OITAVO:** O levantamento da garantia contratual por parte da Contratada, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

- a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta do Rio de Janeiro, com a consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- b) multas previstas em edital e no contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins de aplicação das sanções mencionadas *no caput* são assim consideradas:

**I** – retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

**II** – não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

**III** – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;

**IV** – Fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

**V** – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no PARÁGRAFO TERCEIRO também deverão ser considerados para a sua fixação.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do contratante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente, na forma abaixo transcrita:

- a) As sanções previstas na alínea b do *caput* e nas alíneas a e b, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) As sanções previstas na alínea a do *caput* e na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

c) A aplicação da sanção prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Dentre outras hipóteses, a advertência poderá ser aplicada quando o CONTRATADO não apresentar a documentação exigida no PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO da CLÁUSULA OITAVA, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - As multas administrativas, previstas na alínea b do *caput* e na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

- a) corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicadas de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;
- c) não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias, configurando inadimplemento, na forma dos PARÁGRAFOS QUINTO e SEXTO da CLÁUSULA OITAVA.

**PARÁGRAFO NONO** - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - Se o valor das multas previstas na alínea b do *caput*, na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO e no PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a e b do *caput* e nas alíneas a, b e c, do PARÁGRAFO SEGUNDO, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** - Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

- a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);
- b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO** - As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo contratante no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO** - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (**SUBLOG/SEPLAG**), o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea a do *caput* e nas alíneas c e d do PARÁGRAFO SEGUNDO, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO** - A aplicação das sanções mencionadas no PARÁGRAFO VIGÉSIMO deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face da CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Caso o CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

**I** - Quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980;

**II** - Quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-CONTRATADA perante a CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante o CONTRATANTE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, pela CONTRATADA, sem a prévia autorização judicial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta do CONTRATANTE, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA SUBCONTRATAÇÃO**

**Não será admitida a subcontratação do todo ou de parte do objeto.**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO DE ELEIÇÃO**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
**SÉRGIO HENRIQUE JONAS FOGAÇA**

Subsecretário de Administração  
Ordenador de Despesas

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

**IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE**

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Gestão e Tecnologia

## ANEXO IV

### DECLARAÇÃO

Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO SEFAZ-RJ n.º006/2023**

..... inscrito no CNPJ  
nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a)  
Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº  
..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, para fins do  
disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº  
9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho  
noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

.....  
(data)

.....  
(representante legal)

#### Observações:

- (1) em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima
- (2) emitir em papel que identifique a **licitante**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Gestão e Tecnologia

## ANEXO V

Pregão Eletrônico SEFAZ-RJ n.º 006/2023

### DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

..... (razão social do licitante), inscrita no CNPJ n.º....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF n.º....., **DECLARA**, para fins do disposto no subitem 12.2.6 do Edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º. 123, de 14/12/2006;

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º. 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º. 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....  
(data)

.....  
(representante legal)

- Emitir em papel timbrado da empresa.
- Assinalar com um “X” a condição da empresa.

Este formulário deverá ser preenchido pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar n.º. 123/2006.





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Gestão e Tecnologia

## ANEXO VI

Pregão Eletrônico SEFAZ-RJ n.º 006/2023

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE OU DO CONSÓRCIO] (doravante denominado [Licitante/Consórcio]), para fins do disposto no item 14.3 do Edital [COMPLETAR COM IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL], declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente [pelo Licitante/Consórcio] e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO] quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO] antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante de [ÓRGÃO LICITANTE] antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE/CONSÓRCIO NO ÂMBITO DA  
LICITAÇÃO, COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA)



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Gestão e Tecnologia

## ANEXO VII

### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE (EM PAPEL TIMBRADO, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À  
Coordenadoria de Licitações e Economicidade

Ref. Pregão Eletrônico nº 006/2023

(Entidade) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, expedida por \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem.


\_\_\_\_\_  
ENTIDADE

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is))

\_\_\_\_\_  
CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/CNPJ)

## ANEXO VIII

### PROPOSTA COM VALORES MÁXIMOS ADMITIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO

	Processo nº SEI-040178/000130/2021
A firma ao lado mencionada propõe fornecer ao Estado do Rio de Janeiro, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente as condições estipuladas constante do <b>EDITAL nº006/2023</b>	CARIMBO DA FIRMA

**Quadro-resumo do Custo Total dos Serviços e seus valores máximos admitidos pela Administração (conforme Anexo I do Termo de Referência e valores apresentados no Mapa de Preços da Pesquisa de Mercado)**

#### 1.1. MONTANTE “A”

O total do **MONTANTE “A”** deverá corresponder ao valor total das Planilhas de Custos e Formação de Preços da mão de obra residente, composto pelas seguintes categorias: Encarregado, Auxiliar Administrativo, Almoхарife, Oficial de Manutenção, BombeiroHidráulico, Eletricista, Pintor, Pedreiro, Marceneiro, Serralheiro, Auxiliar de Serviços Gerais, Gesseiro e Operador de Roçadeira.

Mão de Obra	Valor Unitário de cada empregado	Valor Total Mensal
Encarregado (01 profissional)	R\$ 7.270,18	R\$ 7.270,18
Auxiliar Administrativo (01 profissional)	R\$ 4.412,43	R\$ 4.412,43
Almoхарife (01 profissional)	R\$ 4.890,23	R\$ 4.890,23
Oficial de Manutenção (06 profissionais)	R\$ 5.752,47	R\$ 34.514,79
Bombeiro Hidráulico (04 profissionais)	R\$ 6.210,13	R\$ 24.840,52
Eletricista – 44h/semanais (04 profissionais)	R\$ 6.645,88	R\$ 26.583,51
Eletricista – Escala 12x 36 (02 profissionais)	R\$ 9.469,35	R\$ 18.938,69

Pintor (02 profissionais)	R\$ 5.825,51	R\$ 11.651,03
Pedreiro (02 profissionais)	R\$ 5.871,46	R\$ 11.742,92
Marceneiro (01 profissional)	R\$ 5.812,43	R\$ 5.812,43
Serralheiro (01 profissional)	R\$ 5.506,19	R\$ 5.506,19
Auxiliar de Serviços Gerais (08 profissionais)	R\$ 4.221,64	R\$ 33.773,15
Gesseiro (01 profissional)	R\$ 5.455,93	R\$ 5.455,93
Operador de Roçadeira (01 profissional)	R\$ 5.457,12	R\$ 5.457,12
<b>VALOR TOTAL – MONTANTE “A” (Mensal)</b>		<b>R\$ 200.849,10</b>
<b>VALOR TOTAL – MONTANTE “A” (Anual)</b>		<b>R\$ 2.410.189,26</b>

## 1.2. MONTANTE “C”

Descrição	Valor Unitário	Quantidade de Plantões/mês	Valor Total (12 meses)
<b>Plantões</b>	R\$ 341,79	104	R\$ 35.545,64

## 1.3. MONTANTE “D”

Descrição	Valor Unitário	Quantidade de Diárias/mês estimadas	Valor Total (12 meses)
<b>Diárias</b>	R\$ 70,00	2.940	R\$ 205.800,00

## 1.4. MONTANTE “E”

Descrição	Valor Unitário	Quantidade de Pernoites/mês estimados	Valor Total (12 meses)
<b>Pernoites</b>	R\$ 176,25	2.940	R\$ 518.175,00

## 1.5. MONTANTE “B”

Descrição	Valor do MONTANTE “A”	Fator Multiplicador	Valor Total (12 meses)
Fornecimento de Materiais, correspondente a 40% (quarenta por cento) do <b>MONTANTE “A”</b>	R\$ 2.410.189,26	0,40	R\$ 964.075,70



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Administração  
Superintendência de Infraestrutura e Patrimônio

## 2. VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

<b>Valor Total da Contratação</b>	<b>Valor Total MONTANTES</b> <b>“A” + “B” + “C” + “D” + “E”</b>  <b>R\$ 2.410.189,26 + R\$ 35.545,64+ R\$</b> <b>R\$ 205.800,00 + R\$ 518.175,00 +</b> <b>R\$964.075,70</b>  <b>R\$ 4.133.785,60 (quatro milhões, cento e</b> <b>trinta e três mil setecentos e oitenta e cinco</b> <b>reais e sessenta centavos)</b>
-----------------------------------	--

<p><b>OBSERVAÇÕES:</b></p> <p>1ª A PROPOSTA DE PREÇOS deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- ser enviada, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sem emendas e rasuras;</li><li>- conter preços em algarismos e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais;</li></ul> <p>2ª O Proponente se obrigará, mediante o envio da PROPOSTA DE PREÇOS, a cumprir os termos nela contidos;</p> <p>3ª A PROPOSTA DE PREÇOS deverá ser devolvida até a hora e data marcadas</p> <p>4ª A licitação mediante PROPOSTA DE PREÇOS poderá ser anulada no todo ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.</p>	<p>Prazo de Execução: Conforme Termo de Referência (Anexo I).</p> <p>Validade da Proposta-Detalhe: 60 (sessenta) dias.</p> <p>Local de Entrega: Conforme Termo de Referência (Anexo I)</p> <p>Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente.</p> <p>Em ____/____/2023</p> <p>Firma Proponente</p>
<p>Data ____/____/2023</p> <p>Firma Proponente - assinatura responsável</p>	